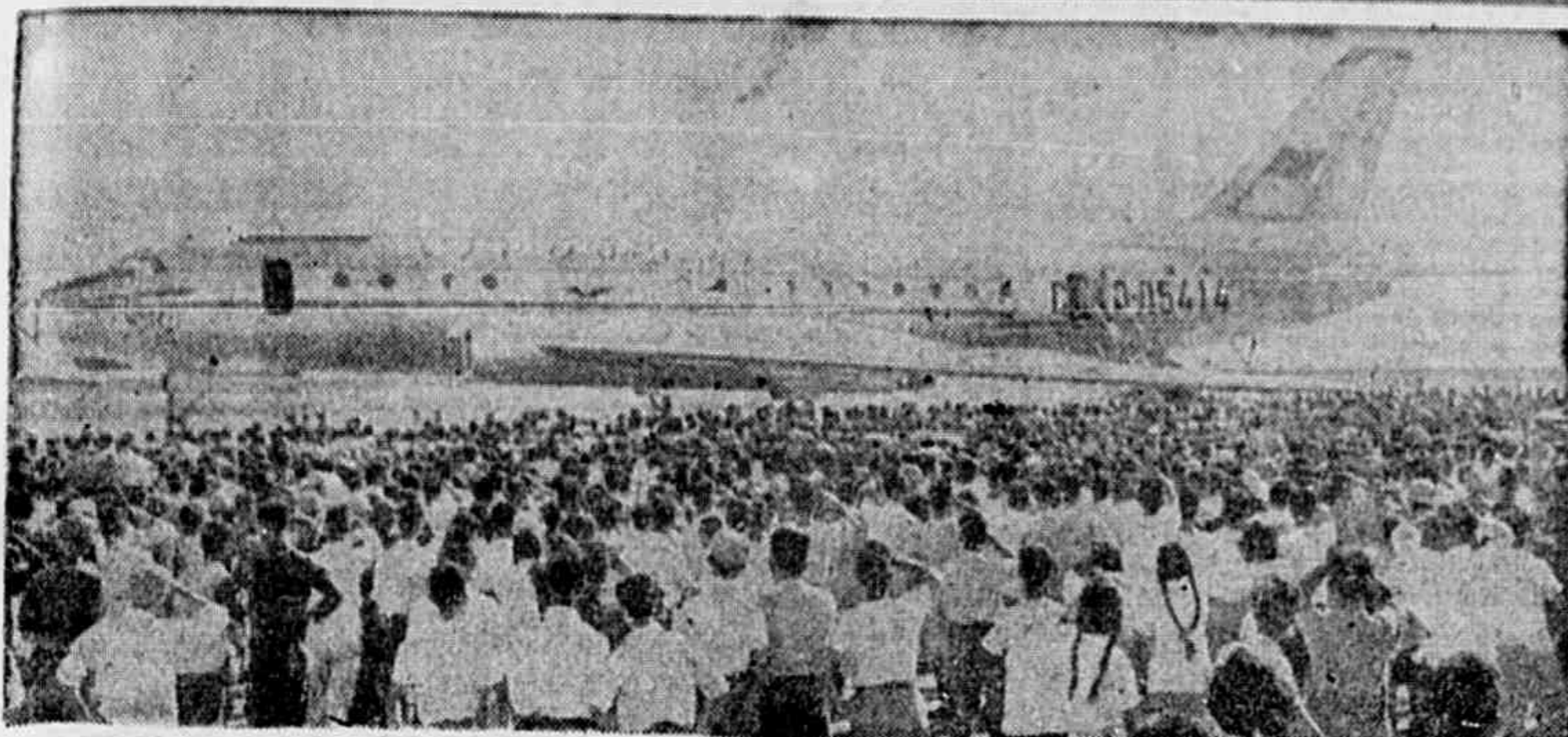


PARALISADAS AS TENTATIVAS DE AGRESSÃO MILITAR CONTRA O EGITO



FORAM DA PAZ OS PRIMEIROS TRIUNFOS NA CONFERÊNCIA DE LONDRES SOBRE O CANAL DE SUEZ — OBRIGADOS OS OCIDENTAIS A TOMAR O CAMINHO DAS NEGOCIAÇÕES (Texto na 3ª Pág.)

**Provocações Diversionistas
Com Financiamento Ianque**

DOIS MILHÕES DE DÓLARES PARA DESVIAR A ATENÇÃO DO POVO DOS DEBATES SOBRE MINERAIS ATÔMICOS
(Leia Na 3ª Página)

Preço
Cr\$1.50

LINHA AÉREA A JATO MOSCOU-PEQUIM

O aparelho soviético TU-104 chega a Pequim (10 de agosto). Levantou voo de Moscou às 23 horas e 30 minutos do dia 9 de agosto (hora de Moscou). Voou à altura de 10 mil metros com a velocidade de 850 quilômetros horários e fez em 8 horas a distância de 6.200 quilômetros. Voando sobre desertos e regiões montanhosas, que submetem um avião comum a efeitos desagradáveis para os passageiros, o jato soviético, muito confortável e gigantesco, torna agradável e rápida uma viagem intercontinental (Foto da Agência SIN HUA, China Popular).

OS ÊXITOS DA ECONOMIA SOVIÉTICA APÓS O XX CONGRESSO DO P.C.U.S. BALANÇO APRESENTADO POR N. S. KRUSCHIOV

Togliatti Analisa o Problema do Culto à Personalidade:

INTEGRA DA ENTREVISTA DO SECRETÁRIO GERAL DO PCI A REVISTA «NUOVI ARGOMENTI» — NA PÁGINA CENTRAL —

VOZ OPERÁRIA

Nº 380 — RIO DE JANEIRO — 25 DE AGOSTO DE 1956



Através do campeonato que tem o nome de Espartaquiada dos Povos da U.R.S.S., realizada no novo Estádio de Moscou os soviéticos se preparam para a Olimpíada de Melbourne. Alguns recordes mundiais foram batidos ou melhorados nessa competição esportiva. NA FOTO, o Presidente da Federação Internacional de Natação, Mário Negri (Argentina), palestra durante as provas com o Presidente da seção soviética Z. P. Firsov (TASS).

Responder Com a Ação de Massas às Investidas do Imperialismo

ESTAMOS assistindo à intensificação da ofensiva imperialista, em todos os terrenos, visando impedir qualquer modificação de nossa política interna e externa no sentido da democracia, da melhoria do nível de vida das massas e da defesa da soberania nacional. Os colonizadores norte-americanos recorrem aos mais torpes processos não só para evitar qualquer ação do governo brasileiro que prejudique seus interesses mesquinhos como para reforçar ainda mais suas posições aqui.

É com profundo desassôcego que eles acompanham o desenrolar dos acontecimentos políticos e, especialmente, as vitórias democráticas seguintes ao pleito presidencial de outubro último. Torna-se, para eles, uma séria ameaça o implacável desmascaramento, na Câmara e na imprensa democrática, dos seus processos de «gangster» na questão de nossa política atômica e dos que, como o sr. Juarez Távora, desempenharam ou desempenham o miserável papel de escudeiros de Departamento de Estado em seus ataques à nossa soberania. Diante desse desmascaramento — e apesar da campanha de mistificação feita por certa imprensa, que deturpa clinicamente os fatos para confundir o povo — já se torna insustentável, ante a imensa maioria da Nação, a atual política externa, entreguista, do governo brasileiro. Este já não pode, facilmente, fugir à exigência da opinião na mudança dessa política — exigência que encontra apoio inclusive em alguns setores do próprio governo e de forças que o apoiam. Os imperialistas norte-americanos estão conscientes disso, assim como de que sentem dificuldades cada vez maiores para saquear a bolsa do povo

através da especulação, da carestia crescente e do monopólio de nosso comércio exterior.

Aí estão as causas da desesperada contra-ofensiva dos imperialistas e de seus agentes: da furiosa campanha contra os que denunciam a intervenção brutal do Departamento de Estado em nossa política, das tentativas de fechamento da imprensa democrática — às quais o próprio ministro da Justiça serve de arauto — das investidas contra o nível de vida das massas, da violenta pressão exercida sobre o governo para impedir o estabelecimento de relações entre o Brasil e os países socialistas. Assim se explica a atual contra-ofensiva golpista, lançada no bojo das provocações contra o vice-presidente da República, das intrigas do espião Raimundo Padilha contra oficiais do Exército e contra o ministro da Guerra, da «reforma» do sr. Juarez Távora, etc.

NOSSO povo tem conquistado, nos últimos meses, grandes êxitos na luta pela democracia e em defesa da soberania nacional. Seria desastroso pensar que o inimigo — o imperialismo ianque e seus sustentáculos internos — aceita as derrotas sofridas, não procura recuperar o terreno perdido e ampliá-lo mais. É igualmente desastroso seria perder de vista que somente a classe operária, unindo e levando à luta todas as forças populares, progressistas e nacionais, levando as massas à ação política em defesa das liberdades, da soberania nacional e de suas reivindicações essenciais, pode derrotar todas as investidas do imperialismo e impulsionar o ascenso democrático no país.



FORAM DA PAZ OS PRIMEIROS TRIUNFOS EM LANCASTER HOUSE

DUAS PROPOSTAS CENTRAIS: INTERNACIONALIZAÇÃO IMPERIALISTA (E.E.UU.) OU NACIONALIZAÇÃO A SESSORADA (ÍNDIA)

PLANO INDIANO

Após algumas semanas de lenta evolução, a questão de Suez tem novo cenário na Conferência de Londres, convocada pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, com a finalidade não disfarçada de obrigar o Egito a renunciar a direitos nacionais que lhe são inerentes e forçar outros países a aceitarem uma política de "posições de força".

A firme atitude do governo do Cairo e o apoio que encontrou de países como a URSS, a Índia, os Estados Árabes e outros patenteariam a impossibilidade de serem alcançados os fins perseguidos pelas potências ocidentais. Hoje é evidente que medidas militares contra o Egito levariam a uma perigosa conflagração no Oriente Próximo e Médio, com todos os riscos que isso implica para a própria paz mundial.

A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, que acusam o Egito de pôr em perigo a navegação

internacional, são de fato os que a ameaçam, pois um conflito nessa região alteraria substancialmente as condições do tráfego em Suez, a exemplo do que ocorreu durante as duas guerras mundiais.

Após a sessão do dia 20 duas posições foram claramente definidas: a de um bloco que procura impor a internacionalização do Canal e a dos países que, como a URSS e a Índia, procuram evitar um conflito armado e apóiam o ato do presidente Nasser que, como se sabe, não atingiu a livre navegação e está disposto a negociar um entendimento internacional sobre todas as questões que não firam a independência de sua pátria. Outros Estados ainda se mantêm indecisos.

Damos abaixo a substância das duas propostas — americana e indiana — que sintetizam as duas atitudes, fazendo de ambos breve análise.

Como o segundo plano norte-americano, o plano indiano foi apresentado na sessão do dia 20. Diferentemente dele, fornece base viável para um acordo que ressalve os direitos soberanos do Egito e os interesses das potências usuárias do Canal. Além de seu alto prestígio internacional, a Índia goza de outra autoridade para propôr uma solução na questão de Suez, pois pelo Canal passam 65% de seu comércio internacional, inclusive o que realiza com a URSS.

Krishna Menon, representante indiano propôs o seguinte:

- 1) Reconhecimento do direito soberano do Egito;
- 2) reconhecimento de que o Canal de Suez faz parte integrante do Egito e de que representa um importante papel internacional;
- 3) reconhecimento de que é necessário assegurar a liberdade de navegação, nos termos da Convenção de 1888;
- 4) fixação das tarifas equitativas;
- 5) necessidade de conservação do Canal e modernização a fim de estar sempre adequado às exigências modernas da navegação;
- 6) reconhecimento do interesse dos Estados usuários.

curso a todos os meios, inclusive o da convocação de uma Conferência dos signatários da convenção de 1888 e dos países que usam atualmente o Canal.

A proposta indiana abre caminho de acordo pacífico. Respeita a um só tempo a soberania do Egito e os interesses internacionais da navegação e do comércio que não podem ser confundidos com os interesses dos acionistas da extinta Cia. Universal do Canal de Suez. O problema da indenização ou não indenização a essa companhia não se coloca, pois o Egito aceitou o princípio da indenização. Ressaltou Menon que o Presidente Nasser apenas se adiantou quanto a uma decisão que teria de ocorrer dentro de apenas 12 anos, data limite do contrato da Cia. Universal de Suez.

Um porta-voz do Foreign Office declarou que a proposta da Índia era a «egipcização» do Canal e que a norte-americana (também aprovada pela Grã-Bretanha e França) era sua «internacionalização». Entretanto, a egipcização só se dá efetivamente na medida em que não pode ser discutida: o exercício por um país soberano de seu direito de nacionalizar uma Cia. que opera em seu território. Quanto à questão do uso internacional, a Índia endossou a tese do Egito que nunca pôs em discussão o direito de trânsito internacional por aquela via marítima.

PRIMEIRO PLANO NORTE-AMERICANO

Em sua primeira intervenção, o secretário Foster Dulles apresentou o plano norte-americano (16 de agosto) ou, melhor dito, o plano das 3 potências ocidentais.

Esse plano estabelece que:

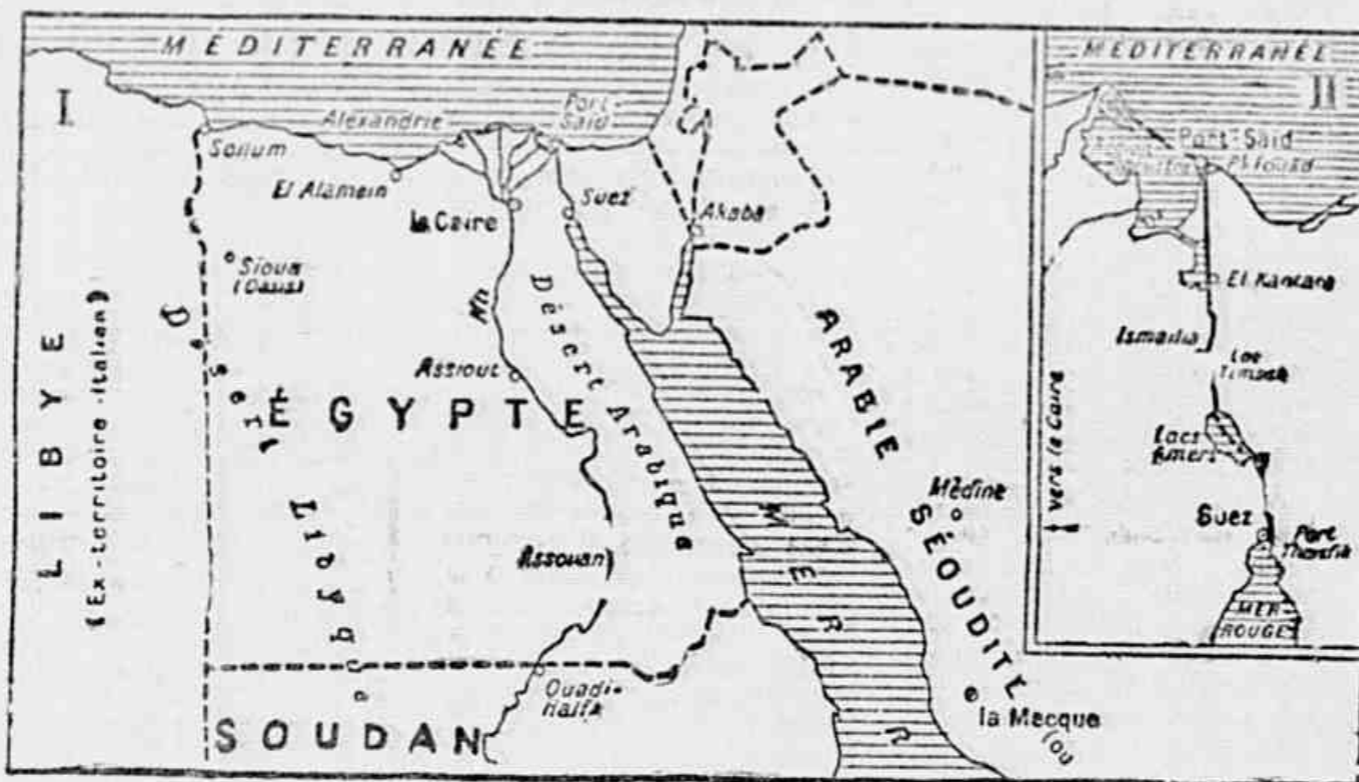
- 1) O canal deverá ser administrado eficazmente como via marítima internacional livre e segura, segundo a Convenção de 1888;
- 2) Seu funcionamento deve ser independente da influência de toda política nacional, qualquer que seja sua origem;
- 3) Devem ser reconhecidos e satisfeitos todos os direitos e interesses legítimos do Egito com relação ao Canal, inclusive o direito a uma renda "equitativa e honesta";

- 4) Será garantida "justa indenização" à Cia. Universal do Canal de Suez.

A aplicação desses princípios seria realizada, segundo Dulles, mediante a assinatura de um tratado respeitando as cláusulas da Convenção de 1888. A administração do canal ficaria sob responsabilidade de um Conselho Internacional, ligado à ONU. O Egito teria lugar no referido conselho, mas sem situação preponderante. Ao Conselho caberia decidir o montante das rendas a serem atribuídas ao Egito, bem como a indenização a pagar à Cia. Universal de Suez. Em caso de desacordo sobre esses dois pontos, a questão seria levada a uma Comissão de Arbitramento, nomeada pela Corte Internacional de Justiça.

Esse plano norte-americano é, de fato, tão atentatório à soberania do Egito como os primeiros esquemas anglo-franceses. A diferença está em que o Departamento de Estado busca assumir uma posição própria na administração da grande via marítima, firmando-se para sua luta pelo predomínio na região. Os absurdos do plano são flagrantes, bastando atentar para que o Egito não teria nenhum direito, devendo conformar-se com o que determinasse o proposto Conselho Internacional (independente do Conselho de Segurança da ONU) inclusive sobre a indenização, assunto de sua competência exclusiva, e já decidido. A alternativa de remeter as pendências a uma Comissão de Arbitramento é uma falsa alternativa, pois, ao Egito, não caberia sequer o direito de designar árbitro de sua contenda, conforme a secular praxe internacional.

Tal plano americano não poderia deixar de ser rejeitado pelos Estados não imperialistas e pelo próprio Egito, como uma tentativa frustrada de impor um ultimato a um país soberano.



Segundo Plano Norte-Americano

O segundo plano norte-americano foi apresentado, com apoio amplo francês, na reunião do dia 20, já bem andada a Conferência em seus trabalhos. Suas bases são as seguintes:

- 1) Garantia do livre uso do canal por todos os países;
- 2) Administração internacional, sem preponderância do Egito, ao qual seria assegurado o direito de «renda justa»: pagamento de indenização à Cia. Universal do Canal de Suez; reduzidos direitos de pedágio;
- 3) Criação de um Conselho do Canal de Suez, em que se representem o Egito e outras potências segundo o uso, o vulto do comércio e as situações geográficas; esse Conselho apresentaria relatórios periódicos à ONU;
- 4) Criação de uma Comissão Arbitral para resolver as divergências;
- 5) Sanções no caso de violação do Tratado, estabelecendo-se que qualquer ameaça de emprêgo de força ou esse emprêgo seriam considerados ameaças à paz;
- 6) Associação «razoável» com a ONU e revisão

do Tratado em caso de comprovada necessidade.

Esse plano norte-americano é um compromisso entre as aspirações britânicas e francesas e os objetivos norte-americanos. Pelo ponto «2» liquida-se a soberania do Egito e procura-se diminuir suas rendas (com a redução do pedágio). O item «3» procura, ao mesmo tempo, excluir a URSS e a Índia, a China e outros países da questão (pois a Grã-Bretanha, Noruega, Libéria, França, Itália, Panamá, Suécia e Estados Unidos são os principais usuáries do Canal). O item «4» só se diferencia do plano primitivo na questão de designação dos árbitros que aqui não é especificada. O item «6» exclui praticamente a ONU e entrega ao arbítrio das potências ocidentais a questão tarifária. Quanto ao item «5» revela que o Governo americano não está disposto a correr os riscos de uma guerra na região e ainda mantém divergência com a Grã-Bretanha na questão. Quanto ao item «1» é nativa sua aceitação e princípio, proclamada pelo Egito, no próprio ato de nacionalização.

INÍCIO DE AMPLO DEBATE

ASSIM, até o momento, perdura o impasse. Insuficiente, devido aos termos de sua própria convocação para decidir uma questão de tanta monta, a Conferência de Londres está tendo, entretanto, a utilidade que para ela se podia prever: o início de um amplo debate diplomático que só se poderá ultimar com a presença do Egito, a fim de ser estabelecido, de comum acordo, e sem qualquer pressão, um plano aceitável que salvaguarde a paz mundial, sem atentar contra a soberania de quem quer que seja. O projeto indiano fornece ampla base para uma reunião desse tipo, e conta com o apoio dos países árabes e dos países socialistas em sua parte substancial. A insistência no projeto anglo-franco-americano levaria a Conferência a um beco sem saída e traz em seu bojo a renovação de ameaças militares contra a independência do Egito, o comércio internacional e a segurança de todo o mundo.

Entretanto, as pretensões de recurso a força sofreram nas últimas semanas um rude impacto. Na questão de Suez, a paz já colheu os primeiros louros.

Provocações Diversionistas Com Financiamento da Embaixada Ianque

★ MILHARES DE DÓLARES PARA ABAFAR A REPERCUSSÃO DAS INVESTIGAÇÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR SOBRE MINERAIS ATÔMICOS ★ INSTIGAÇÃO AOS GOLPISTAS DO TIPO JUAREZ E LACERDA ★ DAS PROVOCAÇÕES DE PADILHA A NOVA VERSÃO DA «CARTA BRANDI»

DESMASCARADO RAUL FERNANDES

Depoendo na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara o deputado Renato Archer destruiu a principal afirmativa de Raul Fernandes (em defesa própria), que fora inquirido momentos antes.

Os E.E.U.U., de um lado através de pressão sobre o governo do Brasil e, de outro, ordenando às suas forças de ocupação na Alemanha a apreensão daquele equipamento, impediram que as importássemos. O governo de Café Filho aceitou esta monstruosa imposição sem um protesto.

Agora, no seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, Raul Fernandes tentou justificar a não importação das ultracentrifugas por que elas não eram de utilidade. O deputado Archer exibiu, logo depois, publicação oficial da Comissão de Energia Atômica Norte-Americana, onde se afirma, com todas as letras, que o uso das ultracentrifugas era o processo mais eficiente e econômico para a separação dos minérios e a produção do urânio.

O deputado Archer exibiu, ainda, dois documentos, um deles o original do documento secreto número 3, com a rubrica «Eli». Confirma-se, assim, que o mesmo é de autoria de Elísio Távora, sobrinho de Juarez Távora e por este guindado a funções de direção no Conselho Nacional de Pesquisas.

Há algumas semanas comentou-se, nos corredores da Câmara dos Deputados a notícia de que a Embaixada Norte-Americana havia destinado 2 milhões de dólares para uma campanha de imprensa destinada a desmoralizar a comissão parlamentar de inquérito que investiga a orientação de nossa política atômica e para desviar as atenções públicas de problema tão candente.

Os fatos que se sucederam mostram que os financiamentos da embaixada ianque já estão dando alguns resultados.

A PROVOCAÇÃO DE PADILHA

PRIMEIRO FATO: a provocação, armada na Câmara dos Deputados, pelo quinto-coluna Raimundo Padilha sobre suposta infiltração de "comunistas" nos postos de comando do Exército. A provocação foi logo desmascarada sem que, no entanto, des-

xasse de propiciar a muitos jornais motivo para ataques ao ministro da Guerra... e para abafar os trabalhos que prosseguem na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre minerais atômicos.

NOVA VERSÃO DA «CARTA BRANDI»

SEGUNDO FATO: a tentativa da "Tribuna da Imprensa" de reeditar, nas últimas semanas, uma nova versão da "carta Brandi". Ainda uma vez, o jornal do Clube da Lanterna "descobre" supostos "documentos oficiais" do governo argentino e acusa o sr. João Goulart de haver recebido dinheiro de Perón para a propaganda da candidatura de Vargas.

A provocação da "Tribuna da Imprensa" desfêz-se, imediatamente, na opinião pública, como bôlha de sabão. O governo argentino desmentiu, categoricamente, as afirmações da "Tribuna da Imprensa", negando qualquer autenticidade aos supostos documentos.

O próprio vice-presidente da República esclareceu satisfatoriamente a questão. Quando deputado à Assembleia Legislativa de Rio Grande do Sul foi procurado por madeireiros daquele Estado a fim de se empenhar, junto ao governo argentino, para o levantamento da proibição então existente na República vizinha, à importação de madeiras do Brasil. Nisto consistiu sua intervenção. As negociações foram diretamente entabuladas entre compradores e vendedores.

PARA QUE A COMISSÃO DE INQUÉRITO?

Entretanto, apesar de desmascarada, são evidentes os esforços de certos círculos e de certos jornais para fazê-la render, colocando-a no centro dos debates da imprensa e do rádio. Para isto conseguiram a criação na Câmara de uma Comissão de Inquérito, à qual pretendem chamar a atenção pública, através de intrigas e de escândalos imaginários. Desta forma querem abafar a repercussão da Comis-

são de Inquérito sobre energia atômica onde estão sendo revelados fatos de estorço e sação.

O REALEJO DO ANTICOMUNISMO

TERCEIRO FATO: as acusações do "Correio da Manhã" e outros jornais contra o deputado Renato Archer, que revelou ao país os quatro documentos secretos que comprovam a pressão ianque para controle de nossos minérios e de nossas pesquisas atômicas. O deputado pedista é acusado, entre outras coisas, de "fazer o jogo de comunistas". A mesma acusação se estende, até, ao general Nelson de Melo, chefe da Casa Militar da Presidência da República e a supostos "elementos comunistas" do próprio gabinete do sr. Juscelino Kubitschek!

A mistificação é velhíssima. Mas, justamente deste anticomunismo, desta presença fantasmagórica de "comunistas" em toda parte, jamais abriu mão a embaixada norte-americana em suas provocações, sempre que se acham em jogo os interesses imperialistas dos trustes.

OBJETIVOS GOLPISTAS

Pode-se ver claramente que os dólares da embaixada ianque não pretendem, apenas, abafar as revelações sobre a política que os E.E.U.U. nos têm imposto em relação aos nossos minerais atômicos. Eles se tornam, também, um estímulo aos diversos grupos entreguistas que pretendem a supressão total das liberdades, em nosso país.

Não é por acaso que o suplente de Lacerda, na Câmara, assume a cadeira vaga com a

fuga do provocador, pregando abertamente "a revolução" — isto é, o golpe para a instauração de uma tirania americana. É homenageado pelos Faldilhas, Pena Boto, Amorim do Vale por este apelo à baderna. Não é por acaso que, no meio dessa intriga, Juarez pede reforma do Exército, de um lado para conspirar mais livremente e, de outro lado, tentando incompatibilizar o general Teixeira Lott com alguns oficiais que ainda se deixam embair pelo falso "patriotismo" e pela falsa "honradez" do chefe do golpe de 24 de agosto.

A POSIÇÃO DE JUSCELINO

Não resta dúvida que o imperialismo ianque movimentou seus peões para aventuras liberticidas. Mas, por sua vez, certos setores do governo do sr. Kubitschek e o próprio Kubitschek se dão pressa em conquistar o apoio e a confiança dos monopólios norte-americanos; através de atentados contra a liberdade de imprensa, da interdição da Liga de Emancipação Nacional, de provocações anticomunistas da polícia política. Disputam, assim, aos Juarez e Lacerda, os favores e atenções do imperialismo de Wall Street.

Tal política encontra, porém, uma oposição cada vez mais organizada no país, o que já torna impossível um jogo de duplicidades. Ou o governo realiza uma política de acordo com os interesses nacionais e de respeito às liberdades ou corre o risco de cair vítima de suas concessões aos norte-americanos e aos grupos mais reacionários das classes dominantes. É o próprio imperialismo ianque, como já se viu no 24 de agosto e como já se vê atualmente nas intrigas de alguns grupos golpistas, não vacilará na procura de novas serviciais.

Semana Política

Está em marcha na Câmara a emenda constitucional que prorroga por mais dois anos os mandatos dos atuais deputados. Conta ela com mais de 170 assinaturas, o que lhe pode garantir a vitória, se vários de seus signatários não mudarem de posição. Para justificá-la, alegam os defensores da medida a necessidade e a conveniência de fazer coincidir os mandatos parlamentares com o do presidente da República, que é de 6 anos.

Mas, pelo contrário, a medida é inconveniente e antidemocrática. Inconveniente, porque é uma forma de desmoralização do Parlamento, que se arroga o direito de legislar em causa própria, mantendo uma representação além do prazo que lhe foi conferido pelo povo. Antidemocrática, porque pretende isentar os atuais deputados, por um período de dois anos, do julgamento popular a que devem estar sujeitos, de acordo com a própria Constituição, no prazo fixo de quatro anos. Tudo o que entrave a livre manifestação da vontade popular e enfraqueça os meios — já tão parcos — de controle do eleitorado sobre a conduta dos eleitos é clara violação das normas da vida democrática. Justamente entre nós o único meio de o novo exercer este controle é através da realização de eleições. Não realizá-las nos prazos determinados pela Constituição é, portanto, subtrair ao povo, por um certo período, o único instrumento de controle e julgamento de seus mandatários de que dispõe atualmente.

É de ver que um Parlamento de mandatos prorrogados sem o consentimento popular perde, na prática, o direito de reivindicar a intangibilidade de sua representação. Esta dificilmente poderá ser considerada uma expressão da soberania popular. E nisto reside, precisamente, a maior inconveniência da chamada emenda Antônio Horácio. Nas condições atuais do Brasil, um Parlamento de mandatos prorrogados é um estímulo às maquinações antidemocráticas para a instauração no país de uma ditadura liberticida, maquinações que voltam a recrudescer à medida que se estendem os protestos contra a política de submissão aos monopólios norte-americanos.

Sem dúvida, os deputados que, apenas por ambição pessoal, pensam prorrogar, os respectivos mandatos à revelia do povo, estão brincando com fogo. Outros o fazem, evidentemente, com plena consciência do que pretendem: com o objetivo de criar condições para o êxito de aventuras antidemocráticas.

Aliás, não é por acaso, que a prorrogação dos mandatos surge no bojo das tentativas do sr. Nereu Ramos de "reformular a Constituição" num sentido de maiores restrições às liberdades e à soberania popular. Na prática, a emenda Antônio Horácio pretende criar um clima favorável à implantação dessas restrições, com ou sem "reforma da Constituição".

ADENAUER MARCHA

PELO MESMO CAMINHO QUE HITLER SEGUIU

INTERDITADO O P.C. DA ALEMANHA OCIDENTAL E CASSADOS OS MANDATOS DOS PARLAMENTARES COMUNISTAS

As lições da História, por muito instrutivas que sejam ainda não o foram bastante para os reacionários da Alemanha. Depois de ingressar no caminho da militarização, revivendo a Wehrmacht com elementos que serviram a Hitler e suas sangrentas aventuras, Adenauer calca a democracia aos seus pés ao interditar o Partido Comunista (da Alemanha Ocidental).

Trata-se de um dos mais graves atentados à liberdade ocorridos na Europa no segundo apogeu-guerra. Esse atentado, para bem demonstrar sua origem, culmina um processo que vinha se arrastando desde 1951 e que só agora, num esforço desesperado das forças que sopram as cinzas da guerra fria, pôde ser rematado.

Coube à Corte Federal de Karlsruhe, por onde correu o processo, declarar inconstitucional o P.C.A. Inconstitucional, entretanto, é essa decisão que viola frontalmente os compromissos internacionais da Alemanha, assumidos em Potsdam, os quais prevêm expressamente a existência de uma democracia no país e o livre funcionamento dos partidos, excluído, é claro, o partido nazista. No seu afã de palmilhar o mesmo caminho seguido por Hitler, o caminho da repressão ao movimento operário, caminho que leva à debacle nacional, Adenauer e seus sequazes militares deram um grave passo. A interdição do P.C.A. seguiu-se a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, muitos dos quais foram encarcerados. Oficinas tipográficas foram invadidas e apreendida a literatura ali impressa. E visível que as fogueiras de livros, que assinalam os dias negros da inquisição nazista, nada de bom trarão para os atuais dirigentes da Alemanha Ocidental.

Mas o povo alemão, e à sua frente a classe operária, que tem uma amarga experiência da ditadura nazista, percebendo a grave advertência que se encerra nos atos fascistas do governo Adenauer, lutará, por certo, pela restauração dos direitos democráticos dos comunistas. É impossível a qualquer tirano e a qualquer regime em atualidade asfixiar a voz dos comunistas e do seu partido de vanguarda, que é a voz dos que lutam sem descanso pela paz, o bem-estar do povo e a soberania das nações.

Desencadear Amplos Protestos em Defesa da Liberdade de Imprensa

Tendo encontrado firme repulsa às suas tentativas de liquidar a liberdade de imprensa por meio de medidas administrativas, o ministro da Justiça e seus comparsas da polícia política mandararam instaurar processo contra a direção da VOZ OPERÁRIA e da «IMPRESA POPULAR».

Assim é que foram denunciados ao juiz da 25ª Vara Criminal o nosso companheiro Aydano do Couto Ferraz, diretor deste semanário, o jornalista Pedro Moita Lima, diretor da «IMPRESA POPULAR», e os nossos confrades Henrique Cordelro, Aristeu Aquiles e Diogo Cardoso. O suposto de-

lito de que são acusados esses jornalistas — a publicação do programa do P.C.B. em edições da VOZ OPERÁRIA e da «IMPRESA POPULAR» de novembro de 1954 — já se acha prescrito, porquanto o decreto legislativo que concedeu anistia aos acusados de crime de imprensa abrange o período de que trata o processo agora montado.

Trata-se portanto, de uma indecorosa manobra e nada mais. E a essa manobra não são estranhos os conspiradores golpistas que cumprem ordens de um centro único, a embaixada ameri-

cana, para aqui instaurar uma ditadura fascista. As medidas de exceção contra a imprensa, como as pleiteadas antes do 11 de novembro pelos golpistas que não queriam dar posse ao sr. Kubitschek, refletem, de resto, o aceleramento das maquinações liberticidas.

Por isso mesmo, a opinião pública democrática, sem distinção de tendência, aplaude manifestações como a do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, sr. Herbert Moses, em defesa da liberdade de informação. É que se torna cada dia mais claro que qualquer atentado contra um jornal atinge a toda a imprensa.

A liberdade de imprensa, conquista de nosso povo, é uma e indivisível. E as leis de exceção, produto da política de guerra fria, não podem mais ser toleradas pelo nosso povo.

Em defesa da liberdade de imprensa, pois, sobre a qual pesam graves perigos no momento, devem se mobilizar, de forma unitária e prática, todos os patriotas e democratas. Constituir amplas comissões de defesa da liberdade de imprensa e enviar protestos, sob todas as formas, ao Presidente da República, ministro da Justiça e demais autoridades — eis uma urgente tarefa do momento.

Os Exitos da Economia Soviética Após o XX Congresso do P.C.U.S.

DISCURSO DE N. S. KRUSCHIOV, EM NOME DO COMITÊ CENTRAL, NA "FESTA DOS CONSTRUTORES DA CAPITAL", A 1º DE AGOSTO

Camaradas! Estão hoje reunidos aqui os construtores que criaram esse notável Estádio. Construiu-se não só esse Estádio, mas também um conjunto de obras destinadas à prática dos esportes: uma grande arena esportiva, uma piscina para natação, uma pequena arena esportiva, e chegam ao fim as obras de construção com o Palácio dos Esportes. Essas obras abrangem mais de 130.000 salões, áreas para prática de voleibol, basquetebol e tênis, setores destinados aos esportes leves e campos de futebol.

«Por decreto do Presidium do Soviet Supremo da URSS, será atribuído ao Estádio Central de Moscou o nome de nosso grande chefe e mestre Vladimir Ilitch Lênin». (Tempestuosos e prolongados aplausos).

«Camaradas, esse Estádio foi construído em prazo extraordinariamente curto. Só em maio de 1955 iniciaram-se aqui os principais trabalhos de edificação. Passou-se pouco mais de um ano, e em prazo extraordinariamente curto a Capital recebeu obras tão notáveis, motivo de orgulho para todos nós».

EXITOS NA AGRICULTURA

«Camaradas! Acabo de voltar de uma viagem às regiões dos Urais, da Sibéria e do Kazaquistão, onde fui por decisão do Comitê Central de nosso Partido. Comparei a assembléias dos trabalhadores da agricultura em regiões dos Urais, em Sverdlovsk, às assembléias dos trabalhadores da agricultura das regiões e distritos da Sibéria, em Novosibirsk, às conferências dos trabalhadores da agricultura do Kazaquistão, em Alma-Atá. Nessas reuniões, discutiram-se as questões relativas à abundante colheita conseguida ali».

«Hoje, vemos ali (N. da R. — N. S. Kruschiov refere-se às terras anteriormente virgens, estepes inabitadas) extensas plantações de cereais e, principalmente, trigo. Ali tivemos a impressão sentida pelo homem que singra os mares — por mais que navegue, só vê diante de si água e mar amplo. Assim aconteceu nas estepes do Kazaquistão, de Orenburgo, dos Altai: podemos viajar durante dias e dias e em toda a parte só vemos plantações sem fim de trigo de excelente qualidade, o que anuncia uma riquíssima colheita nas terras virgens, vivificadas pela vontade do homem soviético».

ABUNDÂNCIA DE CEREAIS

«Assim, o problema colocado pelo Partido e pelo governo — modificar radicalmente a situação quanto ao abastecimento de trigo ao país — será resolvido com êxito. Podemos afirmar que já neste ano alcançamos os resultados almejados. Agora trata-se apenas de colher o que já está plantado. O país receberá este ano muito cereal. Refiro-me ao cereal comerciável, isto é, o cereal que ficará a disposição do Estado em virtude dos fornecimentos feitos pelos colcoses, em paga do trabalho realizado pelas estações de máquinas e de tratores, por compra e também proveniente dos sovcoses do país. Nosso país jamais conseguiu a quantidade de cereais que possuiremos neste ano. (Tempestuosos e prolongados aplausos).

Para que se compreenda o que isto quer dizer, direi que este ano, somente a Federação Russa armazenará dois bilhões e duzentos milhões de puds de cereais, isto é, aproximadamente tanto quanto se ensilava, antes, em toda a União Soviética. (Aplausos). Sentiamos orgulho em produzir tal quantidade de cereal e a considerávamos grande êxito para o país. Este ano, porém, somente os colcoses e sovcoses da Federação Russa fornecerão tanto cereal».

DECUPLICADA

A PRODUÇÃO NO KAZAKISTÃO

«Vejam, agora, o Kazaquistão, República que quase não se levava em conta quando calculávamos a quantidade de cereais que poderíamos armazenar. Neste ano o Kazaquistão assombrará a todos pelos êxitos que vai alcançar nesse setor. Em dois anos utilizaram-se ali dezoito milhões de terras virgens e teremos, este ano, nos colcoses e sovcoses da República cossaca uma colheita de culturas cerealíferas que se estendem por uma superfície de 23 milhões de hectares, isto é, dezesseis milhões de hectares mais do que em 1953. Se no passado o Kazaquistão forneceu ao Estado de cinquenta a setenta milhões de puds de cereais por ano, e, nos melhores anos, pouco mais de cem milhões de puds, já este ano os trabalhadores da agricultura na República

assumiram o compromisso de entregar um bilhão de puds de cereais, principalmente de trigo. (Aplausos).

Considerava-se antes a Ucrânia como celeiro da União Soviética. Agora, que os ucranianos não se ofendem por isso, mas é preciso afirmar que no ano corrente ocuparão o terceiro lugar, pois fornecerão ao Estado menos da metade do que o Kazaquistão. (Aplausos). Os êxitos alcançados pelos trabalhadores agrícolas da R. S. S. do Kazaquistão são o notável resultado dos feitos do povo soviético e muito alegoram a todos nós. O Kazaquistão ingressa na fileira das poderosas repúblicas cerealíferas, revelando neste ano suas imensas possibilidades. No entanto, um bilhão de puds de cereais não é o limite de sua capacidade».

UMA VITÓRIA IMENSA

«Com intensidade não menor trabalham os agricultores de outras Repúblicas, prestando sua contribuição à nossa causa comum. A principal contribuição para a solução do problema dos cereais é prestada, porém, por três Repúblicas — a Federação Russa, o Kazaquistão e a Ucrânia, que fornecerão ao Estado três bilhões e seiscentos e sessenta milhões de puds de cereais, o que representa, camaradas, uma vitória imensa» (Aplausos).

Assim, neste ano serão satisfeitas todas as necessidades fundamentais em cereais, e, além disso, em cereais de qualidade. Se agora ainda há queixas por que no fim do ano, em algumas cidades, será diminuído o fabrico de pão branco à custa do aumento do fabrico de pão escuro e preto, já a colheita deste ano suprirá o país principalmente de trigo. Os que gostam de pão branco têm motivo para se alegrarem. (Animação, aplausos).

«Camaradas! Neste ano os trabalhadores da agricultura socialista trabalham bem para realizar as decisões do pleno de janeiro do C. C. e do XX Congresso do Partido, com a finalidade de suprir a população do país com produtos de carne e leite, particularmente de leite. Conseguimos não poucos êxitos nesse domínio. Se em 1953, a 20 de julho, havíamos armazenado 5 milhões e 918 mil toneladas de leite de todas as categorias, já em 1956, na mesma época, havíamos armazenado 9 milhões e 320 mil toneladas. Se em 20 de julho de 1953 havíamos armazenado 976 mil toneladas de carne, já neste ano, e no mesmo prazo, armazenamos 1 milhão e 177 mil toneladas».

EXITOS TAMBÉM NA PECUÁRIA

«Em 1953, a 1º de junho, 1 milhão e 267 suínos encontravam-se na engorda; no ano corrente, e na mesma data, já havia 4 milhões e 84 mil, isto é, mais de 3 vezes. Durante os 9 primeiros meses deste ano foram retirados da engorda 6 milhões e 175 mil suínos, enquanto que em 1953, na mesma data, o foram 2 milhões e 331 mil suínos; por conseguinte, o aumento é superior a duas vezes e meia».

«Atualmente, em muitas cidades do país, o consumo de leite, carne e laticínios é atendido quase totalmente. Trata-se, porém, só do começo. É preciso estabelecer agora a tarefa de garantir a todos os centros populosos do país, sem exceção, o completo suprimento de leite, laticínios, azeite, quijo e matérias-primas. Há todas as possibilidades para isso».

«Em suma, se considerarmos as perspectivas existentes quanto aos recursos em viveres, poderemos afirmar que este ano é um ano especial, um ano insigne, motivo de satisfação para os povos de nosso país». (Aplausos).

A NACIONALIZAÇÃO DO CANAL DE SUEZ

«Algumas palavras, camaradas, sobre a situação internacional. Qual é ela? A União Soviética muito fez para aliviar a tensão internacional — primeiro para enfraquecer depois para acabar com o estado de guerra fria. Estamos trabalhando neste sentido e tudo fazemos para aplicar a grande tese leninista da possibilidade da coexistência pacífica entre os países socialistas e capitalistas, e de evitar a guerra. É nosso objetivo não só evitar a guerra, como também criar condições para que o comércio, as relações culturais e científicas, a troca mútua de turistas, desenvolvam-se normalmente, e fazer todo o necessário para a coexistência pacífica entre os dois sistemas excluir a possibilidade

de guerra e resolver todas as questões que surjam de maneira pacífica, no espírito da compreensão e da cooperação mútuas entre os Estados».

É verdade que no momento acumulam-se nuvens nos horizontes, criando a tensão nas relações entre alguns países. Refiro-me ao ato do governo egípcio de nacionalização do Canal de Suez. Este ato foi acolhido com excitação demasiada em alguns países do ocidente, particularmente na Inglaterra e na França. Ali ressoam até mesmo vozes insensatas que advogam o uso de certos meios de violência e mesmo de operações militares. Penso que, não obstante, o bom senso, a experiência e a sensatez política dos estadistas da Inglaterra e da França lhes permitirão chegar a uma compreensão justa desse ato histórico e tirar as consequências adequadas».

OS TEMPOS MUDAM

«Consideramos que, neste caso, nada de ilegal, propriamente, aconteceu. De que se trata? Trata-se do Canal de Suez. Onde está situado? No Egito. Que terras atravessa? As terras egípcias. Quem construiu esse Canal? Foi construído pelos árabes, habitantes do Egito, mas não se achava em poder do Egito».

Desde então, passaram-se muitos séculos. Os tempos, porém, mudam, assim como as relações mútuas entre os povos, os povos. Vivemos hoje numa época em que as relações criadas por meio da conquista e da ocupação revelaram-se impróprias para manter os povos na obediência. Os povos coloniais libertam-se do jugo colonial e afirmam seus direitos. Por isso, foi sensata a decisão do governo inglês ao reconhecer a independência à Índia e à Birmânia e ao retirar suas forças da zona do Canal de Suez».

«Penso que nacionalização do Canal de Suez é um ato para o qual está autorizado um governo soberano, como o é o governo do Egito. Devemos ressaltar que o Egito se comprometeu a respeitar a liberdade de navegação no Canal de Suez e pagar indenização aos acionistas da Companhia. Por isso, é preciso encarar este ato com isenção de ânimo, considerando sóbria e as novas condições e o espírito dos tempos. Não há outra saída».

ERRADA

A POLÍTICA DE PRESSÃO

«Consideramos errada a política de pressão sobre o Egito, assim como sobre outros países soberanos. Há immoderação e as paixões nessa questão só poderão levar a consequências indesejáveis à causa da paz e prejudicar os interesses das próprias potências ocidentais nessa região».

A nacionalização do Canal de Suez não atenta contra os interesses dos povos da Inglaterra, França, Estados Unidos da América ou de outros países. A única coisa que acontece é que a antiga Companhia do Canal de Suez — que conseguia elevados lucros em virtude da exploração do Canal — fica agora privada da possibilidade de enriquecer-se à custa do Egito».

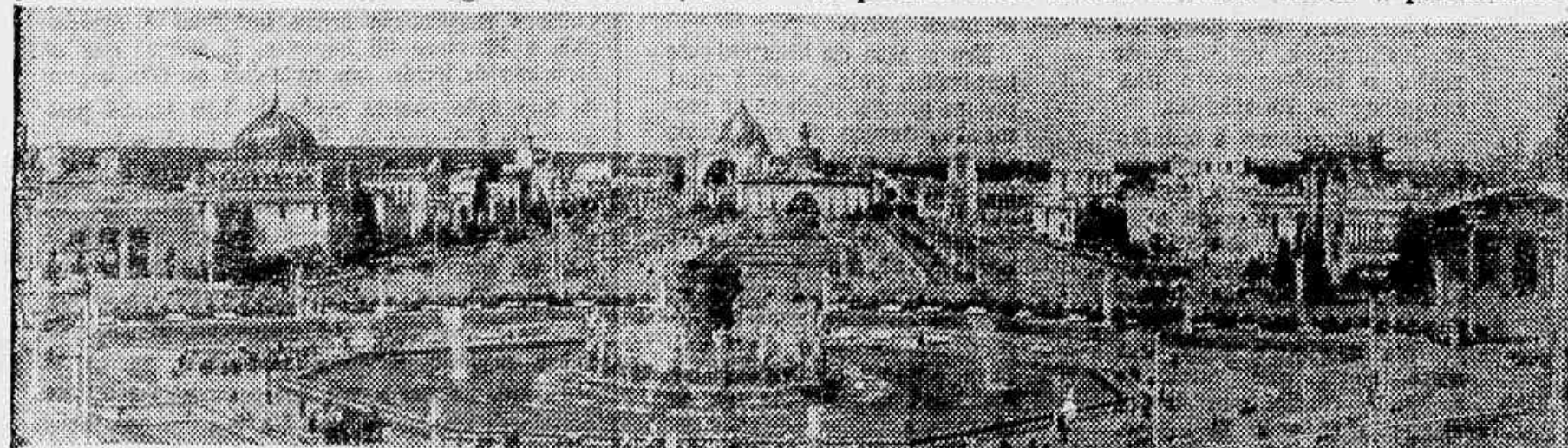
«A União Soviética, diretamente interessada na manutenção da liberdade de navegação pelo Canal de Suez, e tomando conhecimento da declaração do governo egípcio de que o Canal de Suez estará livre para todos, considera não haver nenhum motivo para as manifestações de nervosismo e de intranquilidade quanto ao assunto. Estamos certos de que a situação na região do Canal de Suez não se tornará tensa, se não tentarem aguçá-la artificialmente de fora».

RECONHECIMENTO DOS INTERESSES RECÍPROCOS

«Sabemos o que significa uma guerra. É mais fácil desencadear a do que lhe pôr termos. Que motivos há para instigar uma guerra contra um ato legítimo para o qual está autorizado o governo soberano do Egito? Desejamos, ao mesmo tempo, que essa decisão seja bem compreendida em outros países e que não sirva de motivo para dissensões, servindo, ao contrário, para acabar com relações anormais em que certos países escravizam outros ou os exploram, criando assim campo para relações anormais e agudas entre os Estados. A liquidação dessa situação normalizaria as relações que se devem constituir com base na compreensão mútua e do reconhecimento dos interesses recíprocos com base em igualdade de direitos estabelecidos mediante acordos».

«A União Soviética considera que existe hoje todas as condições necessárias não só para manter a paz, como também para fortalecer e estabelecer relações pacíficas estáveis entre os povos. De sua parte, o governo soviético realizou e continuará realizando a política que visa ao desenvolvimento de relações pacíficas normais, com os países da Europa, Ásia, América, África e Austrália. Ultimamente nossas relações com a Inglaterra e a França melhoraram, desenvolvem-se num bom sentido e estamos convictos de que continuarão a desenvolver-se favoravelmente, porque isto corresponde aos interesses da URSS e dos povos da Inglaterra e da França».

«Estamos firmemente convictos de que a política de paz da União Soviética constitui uma base firme para a defesa da paz e da segurança dos povos de todo o mundo».



NA EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA DA U.R.S.S. DE 1956, aberta em julho, já figuram os novos êxitos da agricultura socialista a que se refere N. S. Kruschiov em seu discurso. Um detalhe da Exposição, a Praça dos Colcoses, aparece no clichê

Pressão da "American Coffee" Sobre o Governo Brasileiro

AMEAÇA SÓ OPERAR COM CAFÉS AFRICANOS SE NÃO FOREM ACEITAS SUAS IMPOSIÇÕES

A imprensa vem fazendo indagações sobre os motivos que teriam determinado o gesto da "American Coffee" anunciando, em carta ao presidente do Instituto Brasileiro de Café, que se retiraria do mercado brasileiro de café e passaria a operar, apenas, com cafés africanos.

O motivo alegado na carta é mais ou menos vago: a instabilidade da política do governo em relação ao café. Mas, já aí, se tem um fio seguro para a compreensão dos objetivos do poderoso truste norte-americano.

QUE QUER A AMERICAN COFFEE?

A «American Coffee» é o principal exportador de café — o que lhe tem rendido lucros astronômicos. Mas é, ao mesmo tempo, como distribuidora e torradora, um dos grandes compradores deste mesmo café dentro dos Estados Unidos — o que lhe tem facultado também vultosos lucros. Por que, então, iria abrir mão desses lucros pelo simples motivo alegado de uma «instabilidade da política brasileira de café», que somente permitiria operar «através de fraudes»? Com esta política de instabilidade — é fato revelado pelos próprios balancetes da «American Coffee» — seus lucros têm crescido de ano a ano. Por que se preocupa, agora, com supostas dificuldades?

TENTATIVA DE PRESSÃO

Ninguém pode deixar de ver na carta da «American Coffee» uma tentativa de pressão sobre o governo brasileiro para atendimento de determinadas pretensões dos trustes americanos do café.

Há algumas semanas, por exemplo, se anunciava com insistência que o governo iria adotar o critério da «pauta mínima» reclamado pelos monopólios dos E.E.U.U. e por grupos de exportadores brasileiros. Este consistia na entrega aos exportadores

de uma cota de vendas de café diretamente em dólares e outra parte em cruzeiros com as respectivas bonificações. Atualmente, como se sabe, o governo fica com os dólares da venda do café, pagando-os em cruzeiro aos exportadores através do câmbio oficial (mais uma bonificação).

O governo, através de nota do Ministério da Fazenda, apressou-se em desmentir a notícia sobre o estabelecimento da «pauta mínima».

A «PAUTA MÍNIMA»

Evidentemente, a «pauta mínima» interessa bastante aos exportadores, sobretudo aos norte-americanos. Recebendo uma parte em dólares e não em cruzeiros, podem vender esses dólares no câmbio livre, recebendo por eles muito mais do que recebem com o «dólar-café». Além disso, num país como o Brasil, em crise de divisas, uma empresa que possa ter em mãos grande soma de dólares, tem a faca e o queijo

para realizar os mais diversos tipos de especulação — inclusive intervir através do câmbio negro, em nosso mercado de divisas. Tudo isto é do maior interesse da «American Coffee». E não é casual que, poucos dias depois do desmentido do governo sobre a adoção da «pauta mínima» tenha surgido a carta da «American Coffee».

NÃO TEMOS NADA A PERDER

Qualquer que seja o objetivo do truste, entretanto, não há nenhum motivo para que o Brasil ceda às suas imposições e à velada ameaça de «operar com cafés africanos». Não temos nada a perder se o truste se retirar do mercado brasileiro, pois isto significa apenas uma paralisação na sangria de divisas que realiza, através dos lucros que auferem como exportador de nosso principal produto. Qualquer concessão neste terreno seria armar os monopólios ianques para manobrem ainda mais livremente com os preços do café.

Vai Votar o Senado o Prazo Para a Eleição do Prefeito do Distrito Federal

NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO DAS FORÇAS AUTONOMISTAS PARA CONCRETIZAR A AUTONOMIA CARIOCA

Provavelmente já na próxima semana entrará em discussão e votação no Senado a emenda Chagas Freitas que determina a realização no prazo de 120 dias das eleições para a escolha do prefeito do Distrito Federal. A emenda, aprovada na Câmara, faz parte do projeto que determina que, nos pleitos a se realizarem até 31 de dezembro de 1957, tenham validade os atuais títulos eleitorais. A proposição foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça, que já lhe designou relator — o sr. Lima Guimarães, do PTB.

Assim, torna-se premente a mobilização de todos os que se tem batido pela autonomia carioca, no sentido de assegurar a eleição do Prefeito do Distrito Federal, no mais breve prazo possível. A autonomia da Capital da República não estará assegurada enquanto o povo carioca viver sob a administração de prefeitos nomeados pelo Catete, de homens sem quaisquer compromissos e responsabilidade perante o povo. E é justamente esta situação que o governo do sr. Juscelino pretende prolongar

por toda a sua administração, somente realizando eleições para a Prefeitura do Rio no término de seu mandato.

Neste sentido, os líderes das bancadas governistas no Senado receberam ordens diretas do Catete para enviarem todos os esforços a fim de impedir a aprovação da emenda Chagas Freitas. Anteriormente, tentou-se uma espécie de barganha: seria aprovada a realização das eleições num prazo de seis meses caso os partidos de maior influência eleitoral no Rio e mais o PSD chegassem a um acordo sobre o nome de um candidato indicado pelo Catete e que todos deveriam apoiar. Em tal caso, as eleições seriam apenas uma farsa para coonestar a permanência à frente da administração municipal de um prefeito nomeado pelo Catete.

Semelhante acordo não foi conseguido, de modo que o povo carioca tem possibilidades reais de, num prazo relativamente breve, escolher um homem de sua confiança e que, com o seu apoio, seja capaz de resistir às imposições da Light, das empresas de ônibus e do necroclismo que agravam continua-



Americanos controlando um embarque de café no porto de Santos

HOMENAGEM DO PACTO INTERSINDICAL AOS ASSALARIADOS RURAIS, EM SÃO PAULO

ENTREVISTA DOS SINDICATOS RURAIS COM O MINISTRO DO TRABALHO E O LÍDER DO PTB NA CÂMARA FEDERAL

REPRESENTANTES dos sindicatos e associações dos trabalhadores rurais de São Paulo e do norte do Paraná serão homenageados pelo Pacto de Unidade Intersindical que lhes oferecerá, na capital paulista, um coquetel, em fins do mês corrente. Os dirigentes

dos sindicatos operários de São Paulo proporcionarão aos representantes dos trabalhadores agrícolas e colonos uma entrevista com o Ministro do Trabalho, sr. Parsifal Barroso, e com o líder do PTB na Câmara Federal, sr. Fernando Ferrari, que deverão encontrar-se, na ocasião, em visita à capital bandeirante.

Espera-se que todos os sindicatos e associações de assalariados rurais e colonos, paulistas e paranaenses, estejam presentes à homenagem, quando receberão a solidariedade da classe operária à luta que travam contra a reação dos latifundiários e em defesa de seus direitos. A grande manifestação de solidariedade dos operários das cidades aos seus irmãos do campo poderão associar-se, enviando representantes ou através de mensagens, os sindicatos operários de todo o Brasil. A homenagem terá lugar na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, à Rua do Carmo, São Paulo.

«TERRA E SANGUE», DE MIKHAIL SHOLOKHOV

Mikhail Sholokhov, famoso escritor soviético traduzido para grande número de idiomas, é para muitas pessoas aquele que atingiu maior maestria literária, colocando-se à altura da brilhante herança cultural de Tolstói e Gork. De fato, Sholokhov sempre soube se ligar profundamente à região de que é filho e, por isso, exprime com fidelidade os conflitos dos personagens dos seus romances ante a nova realidade socialista.

Deste romancista de notáveis qualidades, que já tem traduzido para o português "O Don Silencioso", acaba de lançar a Editorial Vitória uma outra obra de ficção: "Terra e Sangue". Trata-se de um livro em que Sholokhov, profundo conhecedor das regiões habitadas pelos cossacos, penetra nas tramas das velhas concepções ainda vivas, descreve as crenças, costumes e tradições feudais ali existentes, fazendo-nos, com a sua elevada capacidade de criar tipos humanos, também viver a vida dos seus personagens.

Em "Terra e Sangue", com a naturalidade que caracteriza a verdadeira criação artística, Sholokhov focaliza aspectos da luta do homem do campo soviético, dirigido por sua força de vanguarda, pela coletivização da agricultura.

RUMORES SOBRE REFORMA CAMBIAL

Ná dias vêm circulando rumores de que o governo está preparando uma reforma cambial, que será apresentada de surpresa ao país. Esses rumores se tornam inquietantes com a presença, nesta capital, de um técnico do Fundo Monetário Internacional (organismo controlado pelos monopólios norte-americanos), que tem sido visto trabalhando no próprio gabinete do Ministro da Fazenda.

Já na concessão do empréstimo de 151 milhões de dólares ao Brasil, o Banco de Exportação-Importação dos E.E.U.U., no comunicado distribuído à imprensa, fala claramente da necessidade de uma reforma cambial — reforma, diga-se de passagem, exigida pelas grandes empresas norte-americanas, principalmente em detrimento da indústria nacional. Entre os objetivos da reforma encontra-se a desvalorização do cruzeiro, maiores privilégios ao "capital estrangeiro" (que já importa equipamentos pelo câmbio livre, enquanto a indústria nacional tem de pagar os ágios) e novas franquias para a exportação dos lucros obtidos no país.

Voz dos Leitores

Exploração e Acidentes na «Mineração Bonfim»

A FIRMA «Mineração Bonfim S. A.», dirigida pelos irmãos Sócrates em Arimatéas Bonfim, está situada no Rio Aripuanã, afluente do Rio Madeira, no Amazonas. Ali mais de 100 mineiros vivem como escravos na extensão do manganês, que é depois enviado para os Estados Unidos em prejuízo das necessidades da indústria nacional.

Moram numa estrebaria

A maioria dos mineiros, mora num barracão coberto, de palha, sem compartimentos ou janelas, que antes servia de estrebaria para animais. O trabalho é controlado pessoalmente por 4 capatazes, no horário das 9 às 11 e das 13 às 17 horas. Entretanto, os mineiros não recebem as horas extras que trabalham, nem repouso semanal remunerado e nem taxa de insalubridade.

A Empresa não dá nenhuma atenção às condições de vida e trabalho dos mineiros. Recentemente o trabalhador Moacir dos Santos foi atingido no pé por uma caçamba que descarrilhara, sendo ferido gravemente. Apesar de ficar um mês sem poder trabalhar, a empresa não lhe deu nenhuma assistência.

Salário:

Cr\$ 6,00 Por hora

Esses acidentes decorrem da falta de conservação das caçambas e das linhas por onde elas trafegam. Isso prejudica também os operários, que recebem por caçamba de minério peneirado e posta na boca do britador, fazendo com que não a injam sequer o salário-mínimo. Os salários, aliás, são baixíssimos: Cr\$ 6,00 por hora para os mineiros, Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 3.000,00 mensais para os auxiliares do escritório.

A firma não fornece máscaras de proteção contra os efeitos da dinamite e nem o «clap» de fogo para acender os estopins. Devido a isso, há frequents acidentes. Há pouco, os mineiros Lourival Prazeres e Francisco Jenôrimo ficaram desmaiados e quase perderam a vida, quando, após acenderem com cigarro 80 estopins, houve a explosão e enormes pedaços de manganês sibillaram em todas as direções.

O regime do «barracão»

A Mineração fornece um vale ao barracão e pedaços de papel como contra-vale. Em abril um quilo de açúcar custava Cr\$ 20,00, de xarque Cr\$ 75,00, uma lata de leite «Ninho» Cr\$ 60,00, de «Nescau» Cr\$ 50,00, um quilo de piracucu Cr\$ 35,00, uma bota de cano longo Cr\$ 600,00 (marcando Cr\$ 350,00 no solado), etc. O barracão cobra quanto quer

e anula o precário salário dos mineiros.

Fora daí, existem «pensões» que servem carne, feijão e farinha ao preço de Cr\$ 35, por dia. A comida é exígua e a imundície impera nas 3 «pensões».

Os trabalhadores lutam

Apesar dessa situação, os trabalhadores lutam por seus direitos. Há pouco, quando chegaram o rebocador «Planeta» e a alvarenga «Chedric» para embarcar o minério, os trabalhadores protestaram contra o pagamento de um cruzeiro pela entrega de cada carrinho (85 quilos) de manganês. Foi o que bastou para que o sr Sócrates se enfurecesse, ameaçasse e chamasse a polícia para intimidar os trabalhadores. Estes mantiveram-se firmes, inclusive quando chegou também o delegado policial de Prainha e só voltaram ao trabalho quando a empresa concordou em pagar dois cruzeiros por carrinho.

Assim, no trabalho diário, os mineiros encontram o ca-

minho da luta para conquistar seus direitos. Unidos e organizados, eles serão sempre vitoriosos.

DESCONTO ILEGAL DO IAPI EM FORTALEZA

DO correspondente da VOZ no bairro Campo do Pio, em Fortaleza, recebemos:

«O operário Pedro Alves de Souza, residente nesta Capital, foi licenciado no dia 3 de agosto de 1952 de suas ocupações profissionais, por tempo indeterminado, devido à sua incapacidade física. Passou a receber, mensalmente, a quantia de Cr\$ 831,00, para o sustento de sua família.

Há dias, quando o operário foi receber a soma de Cr\$ 4.986,00 correspondente a seis meses de pensão, entregaram-lhe apenas Cr\$ 455,00, alegando que Cr\$ 4.531,00 foram descontados a título de «contribuições» devidas durante aquele espaço de tempo. Evidentemente esse desconto é arbitrário e ilegal e não há conta de chegar capaz de provar que as contribuições normais retiradas da mensalidade de Cr\$ 831,00 atinjam esse montante».

SERVIDORES CIVIS DE ALAGOAS DEBATERAM OS SEUS PROBLEMAS

DO correspondente da VOZ em Maceió recebemos:

«A Associação dos Servidores Civis de Alagoas (ASCA) realizou recentemente uma assembléia do funcionalismo nesta Capital, onde os seus representantes ao III Congresso Nacional dos Servidores Públicos prestaram contas de sua atuação no conclave. Anteriormente, eles já o tinham feito através do rádio e a imprensa.

Departamento feminino

A reunião, que se processou num ambiente de vivo debate, deu oportunidade aos funcionários do Serviço de Endemias Rurais de discutirem mais amplamente seus problemas,

sendo sido aprovado o envio de telegramas às autoridades competentes e a UNSP, reclamando providências contra o atraso do pagamento daqueles servidores.

O programa de trabalhos da ASCA foi também objeto de debates particularmente no que se refere à criação de um departamento feminino da entidade, resolução aprovada no II Congresso».



FALTA DE MÁSCARAS PROTETORAS PROVOCA ACIDENTES NAS I. R. F. M.

«Recentemente o operário Luiz Andretta, quando trabalhava na seção de hexacloro da fábrica de soda Matarazzo, recebeu, em pleno rosto, forte jato de gás clorídrico. Como estava sem máscara de proteção, que só é fornecida pela empresa em número reduzido, caiu da escada onde se encontrava, ficando gravemente ferido no rosto e fraturando uma perna.

Desprezo dos chefes

Durante 30 minutos o operário permaneceu sangrando no solo, pois além de não haver ambulatório médico para socorros de urgência na empresa, os srs Fernoni e Ferrerinha, chefes que se encontravam presentes, não providenciaram o transporte do ferido no carro do primeiro e nem chamaram a ambulância da vizinha fábrica Rayon (da I.R.F.M., igualmente). Só depois Andretta foi conduzido em um jipe para o hospital.

Com justiça, os operários da fábrica de soda ficaram revoltados com semelhante demonstração de desprezo para com sua saúde, de parte da empresa que anualmente lucra milhões explorando-os».

(Do correspondente na I.R.F.M. — São Paulo)



★
Conquistaram
Agora as Oito
Horas de
Trabalho

Os trabalhadores da usina Perdígão conquistaram importantes reivindicações, depois de travarem muita luta, orientados por seu sindicato, ora em formação. Antes eles trabalhavam 17 horas por dia e tinham em piores condições de vida, mas agora o serviço é realizado por três turmas de trabalhadores.

Atualmente, eles lutam para derrubar o escorchantes aluguel de casa de Cr\$ 1.100,00. As casas não valem esse preço, que representa um meio de diminuir o salário dos trabalhadores».

(De Nazareno Ciavatta — Ribeirão Preto, S. P.)



METALÚRGICOS DA «HIME» LUTAM PELA TAXA DE INSALUBRIDADE

«No julgamento realizado no dia 27 de abril pelo Tribunal Regional do Trabalho de uma reclamação sobre o pagamento da taxa de insalubridade, os juizes deliberaram que quem ganha mais de 20% sobre o salário-mínimo não tem direito de receber a taxa de 20%, determinada pela Comissão de Fidejussões da Higiene e Segurança do Trabalho. Essa resolução vem prejudicar um legítimo direito dos trabalhadores, em benefício dos empregadores.

Insalubridade na «Hime»

Na «Metalúrgica Hime» existe insalubridade nas seções de estamparia, laminação e aciaria, como foi comprovado pelos peritos do Min. do Trabalho. Em consequência da insalubridade, há inúmeros trabalhadores doentes

procurando tratamento no IAPI. Citamos de memória os companheiros Lourival, Zézinho, Waldemar, Chico Bento, Oribio, além de outros que estão trabalhando doentes, e Lúcio, que recebeu no trabalho.

A exemplo dos companheiros da fábrica de tintas «Ypiranga», que conseguiram 40% de insalubridade, os metalúrgicos da «Hime» estão dispostos a lutar até que seja reconhecido esse direito legítimo.



Operários da Bangu Lutam e Conquistam Vitórias

DO correspondente da VOZ na fábrica Bangu (D. F.), recebemos: «Os operários da fábrica Bangu estão atualmente se mobilizando na luta pela aplicação do novo salário-mínimo de Cr\$ 3.800,00 e pelo consequente reajustamento salarial dos profissionais».

Luta vitoriosa

Na última semana de julho os operários da seção de arrematação formularam uma nova tabela de salários, que atendia aos interesses dos arrematadores. Em vista da resistência da Bangu em apresentar nova tabela reajustada à base do decreto do salário-mínimo, aqueles trabalhadores paralisaram durante 30 minutos o serviço, o que obrigou a chefia a aceitar os termos do seu pedido.

4 horas de paralisação

Ainda em julho, os tecelões da sala velha do leno-xadrês paralisaram o trabalho durante 4 horas, em protesto contra a suspensão da tradicional porcentagem (15%) de eficiência que era paga, há 20 anos, àqueles operários. Esta paralisação foi totalmente vitoriosa e, graças à unidade demonstrada pelos tecelões, a chefia recuou na ordem de suspensão da gratificação. Essas lutas vitoriosas dos operários de algumas seções da fábrica levaram o Sindicato dos Textéis a convocá-los, ultimamente, para reuniões em sua sede, o que certamente contribuirá para estimular a organização dos trabalhadores da Bangu».



POSTA RESTANTE

CAMPINA GRANDE (Paraíba) — Recorte com o editorial «Orientação Suicida», do Jornal «Correio da Paraíba», contendo uma sensata e veemente condenação da atual política exterior seguida pelo governo do sr. Kubitschek.

CATANDUVA (São Paulo) — Noticiário sobre o concurso para eleição da rainha dos trabalhadores agrícolas, que não publicamos por ter chegado com muito atraso.

GUARARAPES (São Paulo) — Carta do sr. José R. Oliveira, comunicando o envio de memoriais ao presidente da República.

RIO (Distrito Federal) — Carta sobre irregularidades nas oficinas da EFCB, em Deodoro, que não publicamos por vir sem assinatura e endereço do remetente.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 171º Tel. 42-7344
SUCURSAIS:
SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 29 2º and. — Tel. 37-4983
PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.648 s/ 74. 7º and.
RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º — sala 326.
FORTALEZA — Rua Barrão do Rio Branco n° 1.248 s/ 22. Tel. 1-13-03
SALVADOR — Rua Barrão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias — s/ 203 (Calçada).
JOÃO PESSOA — Rua Desembargador Feitosa Ventura, Edifício Luzeiro, salas 9 e 10.

ASSINATURAS:
Anual Cr\$ 100,00
Semestral . . . Cr\$ 50,00
Trimestral . . . Cr\$ 25,00
Núm. avulso. Cr\$ 1,50
Núm. atrasado Cr\$ 2,00
Aérea ou sob registro, despesas a parte
Preço no Rio Grande do Sul Sta. Catarina e Paraná, Cr\$ 2,00

Comissão Interpartidária Para Novo Projeto Sobre o Trabalhador Rural

MOVIMENTAM-SE OS LATIFUNDIÁRIOS COM O OBJETIVO DE IMPEDIR A EXTENSÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL AO CAMPO — REIVINDICAÇÕES FUNDAMENTAIS QUE OS PRÓPRIOS TRABALHADORES DEVEM SUSTENTAR

Decidiram as diversas bancadas da Câmara dos Deputados constituir uma comissão interpartidária para estudar e fundir em novo projeto, e projeto, emendas e substitutivos que estendem aos trabalhadores rurais os

benefícios da Legislação Social que se aplica aos trabalhadores da indústria.

Até o momento são três as proposições fundamentais que servirão de base para o trabalho da Comissão Interpartidária.

1 — O projeto original, da época ainda do governo Vargas, e o substitutivo elaborado na Comissão de Legislação Social, que mantém as linhas mestras do primeiro e introduz algumas modificações em benefício dos trabalhadores do campo;

2 — O substitutivo da UDN, que liquida, praticamente, direitos já conquistados pelos trabalhadores rurais e restringe a aplicação

da Legislação Social a uma parcela ínfima de assalariados agrícolas;

3 — O substitutivo Segadas Viana, do PTB, que mantém a orientação do substitutivo da UDN — isto é, restrições aos direitos dos trabalhadores — com pequenas modificações.

AS TRÊS PROPOSIÇÕES

VOZ OPERÁRIA, em números anteriores, já analisou as duas primeiras proposições — projeto original com substitutivo da Comissão de Legislação Social e substitutivo Afonso Arinos. O substitutivo da Comissão de Legislação Social é o que melhor consulta aos interesses e necessidades dos trabalhadores rurais. O substitutivo Afonso Arinos é inaceitável: pode-se dizer que é um projeto dos latifundiários, liquidando, na prática, com o direito ao repouso semanal remunerado, o direito de férias, e abrindo várias portas aos empregadores para se extirpem do pagamento do salário-mínimo e até do próprio salário em dinheiro. O substitutivo Segadas Viana, embora não vá tão longe, é um grande recuo em relação ao projeto original e ao substitutivo da Comissão de Legislação Social.

QUE FAZER?

Mas, no momento em que se constitui uma comissão

interpartidária para fundir todos esses dispositivos num projeto único, o importante já não é a análise de cada um deles, separadamente, mas a fixação, desde já, das reivindicações fundamentais dos trabalhadores agrícolas das quais não pode abrir mão e pelas quais devem lutar suas associações para que sejam incluídas no trabalho da referida comissão. Evidentemente, é necessário que as associações e sindicatos promovam imediatamente o debate dessas questões com os maiores interessados: os trabalhadores rurais.

Os grandes fazendeiros e seus representantes no Parlamento — e são em número considerável — estão debatendo o assunto e tomando posição. Evidentemente, se não fizerem o mesmo, os trabalhadores rurais, uma vez mais, serão colocados à margem dos benefícios da Legislação Social já conquistados por seus irmãos de cidade.

REIVINDICAÇÕES FUNDAMENTAIS

De qualquer maneira, três reivindicações são fundamentais, em qualquer projeto sobre direitos dos trabalhadores rurais:

1 — o direito de associação e sindicalização. Por maiores que sejam os benefícios proclamados em lei, os trabalhadores rurais jamais os desfrutarão se não puderem exigir, organizadamente, que os patrões observem esses direitos;

2 — o direito ao salário-mínimo regional, pago sempre em dinheiro (e não em vales para desconto nos «barrações»);

3 — o direito ao repouso semanal remunerado, bem como a aposentadoria e pensões, através dos Institutos de Previdência.

Não é possível tolerar que o trabalhador rural tenha de morrer de velho no cabo da

NO PARÁ
TRABALHADORES
AGRICOLAS PROTESTAM CONTRA AS PROVOCACOES POLICIAIS

Assimilando o governo do Pará, o sr. Magalhães Barata tenta iniciar uma campanha de intimidação dos trabalhadores agrícolas, que procuram se organizar para a conquista de sentidas reivindicações. Em fins do mês passado, por exemplo, foi dissolvida pela polícia uma reunião de lavradores na Vila de Tracuateua, zona beagentina, sob a alegação de que era «uma agitação promovida por comunistas».

Uma grande comissão de lavradores esteve posteriormente em Belém, denunciando a falta policial, e reclamando do governador garantias de respeito à liberdade de reunião e organização. Os trabalhadores, em sua grande maioria da Colônia Montenegro, mostraram que a reunião foi presidida pelo próprio comissário de polícia da Colônia, discutindo-se ali questões como a solicitação ao governo para mandar concertar a estrada de rodagem da Colônia e para a reabertura do Posto Médico de Campo Grande, há vários anos fechado.

Por sua vez, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará enviou telegrama de protesto ao governador do Estado, mostrando que a União foi fundada na Segunda Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, com o apoio de todas as autoridades, inclusive da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa e do próprio Executivo estadual.

enxada ou morrer de fome em caso de invalidez para o trabalho.

Está nas mãos dos próprios trabalhadores rurais, com a ajuda dos sindicatos operários, que não podem deixar de fazer suas as reivindicações de seus irmãos do campo, para obter, através de manifestações, essas e outras garantias para os assalariados agrícolas, colonos, etc.

NUMA ASSEMBLÉIA AO AR LIVRE FOI FUNDADO O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRAÇA



Apesar dos obstáculos criados pelas autoridades e os latifundiários, os trabalhadores rurais, em várias cidades do país, tomam o caminho da organização. E é tão profunda a compreensão que revelam de que somente organizados podem defender seus interesses e reivindicações, que estão derubando todos os obstáculos à criação de seus sindicatos e associações.

Um exemplo disso nos vem da cidade de Graça, em São Paulo. Na semana passada, foi ali fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, numa grande assembleia a que compareceram mais de 500 assalariados agrícolas. Os patrões puseram em



prática diversas manobras para impossibilitar a realização da assembleia. Mas foi tudo inútil: a reunião foi realizada num clima de grande entusiasmo.

A assembleia deveria realizar-se na sede do Graça Esporte Clube. Mas, quando os trabalhadores ali chegaram, encontraram fechadas as portas do Clube. Ninguém apareceu para abri-las. Os membros da Comissão organizadora do Sindicato dirigiram-se, então, às autoridades municipais — prefeito, delegado de polícia, etc. — a fim de solicitar-lhes um local para a realização da assembleia. Só encontraram má vontade. Então foi proposta a realização da assembleia no quintal da residência de um dos trabalhadores — e a grande massa lá se concentrou, discutindo e aprovando os Estatutos do Sindicato, elegendo sua diretoria provisória e tratando ainda de outros assuntos de seu interesse.

Esteve presente à assembleia, levando seu apoio ao novo sindicato de trabalhadores rurais, um representante do Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo.

No ato de instalação inscreveram-se mais 50 sócios para o Sindicato.

Assim, passando por cima de empecilhos criados pelos empregadores, os trabalhadores rurais de Graça iniciam sua organização sindical, que lhes dará a possibilidade de lutar com êxito por suas reivindicações imediatas.

Parte da assistência. De pé, sob o sol, os assalariados agrícolas acompanharam com interesse e entusiasmo os trabalhos de fundação do Sindicato (Nos clichês ao alto).

No quintal da residência de um dos trabalhadores, os assalariados agrícolas de Graça aprovaram os Estatutos e elegeram a diretoria provisória de seu sindicato. (No clichê ao lado).



Mais de 100 Sindicatos e 5 Federações Unidos em Defesa dos Interesses do Povo

O QUE É E COMO VEM ATUANDO O PACTO DE UNIDADE INTER-SINDICAL, NASCIDO DAS NECESSIDADES DO PROLETARIADO PAULISTA — ÊXITOS E DEBILIDADES — GRANDE ASSEMBLÉIA EM SÃO PAULO A 6 DE SETEMBRO

Foi no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que se reuniu a assembleia plenária do Pacto de Unidade Intersindical, para discutir um problema que dominava todas as atenções naquele Estado, inclusive no noticiário radiofônico, nas manchetes dos jornais e nos meios políticos: a decretação da greve geral marcada para o dia 30 de agosto. São Paulo ia parar naquele dia, a zero hora.

Numa demonstração positiva de unidade, a assembleia deliberou suspender a greve, considerando que haviam sido conquistadas importantes reivindicações no período de sua preparação (congelamento parcial dos preços, nomeação de dirigentes sindicais para o plenário e para fiscais da COAP, revogação do decreto que proibia a participação de trabalhadores na direção do IAPI, julgamento coletivo em emergência para os despedidos da CMTC, manufatura de segurança vitoriosa contra o aumento das tarifas da CMTC, vigência do salário-mínimo em 1º de agosto).

COMO SURTIU O PACTO

O Pacto de Unidade Intersindical conta hoje, em São Paulo, com a participação de mais de 100 sindicatos e 5 federações além de uma dezena de intersindicais municipais no interior. É um órgão poderoso e prestigiado pelo proletariado paulista e respeitado pelas organizações patronais e governamentais.

A razão do êxito do Pacto reside no fato de ser ele uma necessidade da própria situação, da realidade. Ele surgiu das exigências concretas das massas, cujas lutas exigiam um centro coordenador e diretor. Em outras palavras, não foi inventado, não surgiu de um esquema frio, mas nasceu da própria vida, foi fruto das condições políticas e econômicas e do nível de organização e unidade da classe operária paulista.

PROGRAMA IMPOSTO PELA VIDA

O programa de ação do

INTER-SINDICAIS MUNICIPAIS

As lutas do Pacto fizeram brotar inúmeras intersindicais no interior do Estado. A de Santos que engloba 32 sindicatos; a de Sorocaba, todos os sindicatos da cidade; a do ABC (Sto. André, S. Bernardo e S. Caetano); do Vale do Paraíba; de Ribeirão Preto, Campinas, São Carlos, etc. Essas intersindicais foram fundadas com a presença de representantes do Pacto e todas o integram.

Rapidamente o prestígio do Pacto cresceu e se expandiu. O governador Jânio Quadros, que antes não recebia dirigentes sindicais, passou a recebê-los regularmente. A Assembleia Legislativa aprovou a formação de uma comissão para comunicar seu apoio às deliberações do Pacto enquanto a Câmara Municipal votou uma moção e um requerimento no mesmo sentido. Na imprensa, o Pacto passou a ser o assunto do dia.

REFORÇADOS OS SINDICATOS

No processo de desenvolvimento das lutas foram realizados um comício, duas concentrações, uma passeata e centenas de assembleias, reuniões, mesas-redondas e debates. Os sindicatos adquiriram mais prestígio e, principalmente, reforçaram-se, organicamente. Nas empresas, onde praticamente não havia organizações locais — tradicional debilidade do movimento sindical paulista — foram alcançados alguns êxitos encorajadores: os têxteis

Pacto, igualmente, não surgiu por acaso. Sintetiza as reivindicações que então mobilizavam, isoladamente, vários setores do proletariado e do povo: a revogação do aumento das contribuições aos institutos; o congelamento dos preços de determinados gêneros essenciais e a participação dos trabalhadores na COAP; a revogação do aumento das tarifas da CMTC, que surgiu no processo de desenvolvimento do Pacto e passou para o primeiro plano; a revisão do salário-mínimo, que se tornou a reivindicação geral.

Se 26 sindicatos e uma federação participaram da primeira reunião do Pacto, mais tarde 103 sindicatos e 5 federações (Têxteis, Empregados no Comércio, Vestuário, Construção Civil e Mobiliário, Papel) engrossaram suas fileiras.



scores primários (36.000) organizaram a Comissão Intersindical de Associações de Professores e a União do Funcionalismo Público Estadual reuniu em torno de si 23 outras entidades de funcionários.

Todos os sindicatos de trabalhadores agrícolas de São Paulo integram o Pacto de Unidade, o que demonstra a influência que este exerce no campo. Os representantes do Pacto compareceram a algumas assembleias rurais, como a do Sindicato de Nova Fátima e a fundação do Sindicato de Garça. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) também participa do Pacto.

Sensível impulso foi dado, igualmente, ao trabalho feminino. O Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos destacou-se, lançando um concurso de rainha para sindicalizar trabalhadoras (cada mulher sindicalizada significa 10 votos para a candidata que a sindicalizou). As trabalhadoras gráficas (20.000) reuniram-se e estão formando um departamento feminino.

LUTA CONTRA A CARESTIA

O Pacto dirige a luta contra a carestia e pelo congelamento dos preços de certos gêneros de primeira necessidade, tendo conquistado parcialmente esse objetivo, através um compromisso do governo de que não haveria aumento em sete gêneros. O compromisso já foi quebrado pelo governo (leite, açúcar, pão), o que veio alertar

Pacto e fazê-lo intensificar a luta contra a espiral dos preços.

Nessa luta, a experiência mais importante é a constituição da Comissão Operário-Estudantil, na qual dirigentes sindicais e líderes estudantis da UEE, dos centros acadêmicos XI de Agosto e da Faculdade de Filosofia têm realizado trabalho considerável de mobilização popular. Quando os pacificadores exigiram aumento do preço do pão, o Pacto tentou fazer unidade com eles para a rebaixa do preço de farinha de trigo e sem aumento do pão, mas eles preferiram sacrificar o povo a lutar contra o truste Bung & Born.

Evidentemente a história do Pacto de Unidade Intersindical não é só de êxitos

e de experiências positivas. Há lados negativos, que seus dirigentes estão percebendo e procurando superar. Um deles é a falta de um mínimo de estrutura orgânica, pois os sindicatos entram e saem. Procura-se estabelecer algumas normas que regulamentem a participação dos sindicatos.

Por outro lado o Pacto — é necessário reconhecer — está um tanto acima da compreensão das massas e do nível do movimento sindical, predominando a atividade dos diretores e diretorias sindicais. Outras deficiências, como o pouco entrosamento com a massa de trabalhadores agrícolas e a quase inexistência de organizações locais nas empresas, estão sendo já combatis-

A atuação do Pacto vem incorporando consideráveis setores de trabalhadores às suas atividades paulistas. O sucesso dos metalúrgicos, através um original concurso de rainha, estimulou a sindicalização feminina enquanto os trabalhadores gráficos conseguiram a frequência do sindicato e prepararam-se para criar seu Departamento Feminino.

das pelos dirigentes do Pacto, igualmente combatidas são certas incompreensões que surgiram, como a de achar que o Pacto é pra fazer greves ou que deve encampar todas as reivindicações que existem no Estado, tornando-se um «saco sem fundo».

Atualmente, todos os esforços do Pacto voltam-se para a conquista das reivindicações que continuam de pé reajustamento geral dos salários, revogação do decreto antigreve 9.070, medidas concretas contra a carestia, etc. No próximo dia 6 de setembro será realizada grande assembleia popular atrás do Teatro de Aluminio para análise das atividades do Pacto até o momento e para traçar um programa de ação adaptado às circunstâncias. Será, certamente, nova demonstração de unidade do proletariado paulista e prenúncio de novas vitórias.

NAS OFICINAS DE TRIAGEM:

A LIGHT PAGA OS SALÁRIOS SÓ QUANDO BEM ENTENDE

Nas oficinas da Light em Triagem (Distrito Federal), cerca de 750 trabalhadores se vêem em constantes dificuldades em consequência da irregularidade no pagamento de seus salários. Não têm dia certo de recebê-los. A Light faz o pagamento nos dias 3, 4, 5 ou 6 e até 8 de cada mês, ao seu arbítrio, sem levar em consideração que os trabalhadores, todos eles, têm compromissos certos e fixos a saldar (contas aluguel de casa, contas de armazém, etc.)

ATRASOS NO PAGAMENTO

No passado, o pagamento era quinzenal. Saía nos dias 16 e 1º de cada mês. Depois a companhia ianque-canadense o transformou em mensal. Mas o fazia, com regularidade, no dia 1º. Além disso, concedia no fim da primeira quinzena uma espécie de vale (chamado «abono») de até 40% do salário do tra-

balhador. Agora, não só não há dia certo para o pagamento, como foi também suspenso este «abono». Os trabalhadores se vêem, por isso, constrangidos a recorrer a empréstimos e a compras à crédito, pagando, muitas vezes, preços mais altos que os das compras à vista.

OUTRAS IRREGULARIDADES

Mas há outras irregularidades contra as quais reclamam, justamente, os trabalhadores da Cidade Light. Estão, por exemplo, atrasados os aumentos que a Light paga anualmente por merecimento. Os encarregados de seções fornecem à empresa os nomes dos trabalhadores que devem receber esta gratificação, mas, presentemente, ela não foi ainda

concedida. Há na empresa um «restaurante popular». A comida custava há uns dois meses, Cr\$ 6,50; recentemente foi aumentada para Cr\$ 7,50. Mas, apesar do aumento, a qualidade da refeição piorou. A comida é pouco mal temperada. Carne praticamente não existe. E só pelanca. E não há higiene.

SALÁRIO-INSALUBRIDADE

No acórdão sobre aumento de salários de 1954, a Light comprometeu-se ao pagamento do salário-insalubridade. A Cia. prometeu estudar a forma de pagamento com o sindicato. Até agora não o fez. É o que sucede nas oficinas de Triagem: há ali vários trabalhos insalubres, como fundição de metais, soldagem, galvanização, etc. Na seção de reparos há um jato de areia, instalado há uns dez anos, que é verdadeira fábrica de tu-

berculosos. Não faz muito faleceram, de moléstia contraída nesse trabalho, os operários Martins e Américo. Há vários doentes. Entretanto, a Light não paga o salário-insalubridade aos que trabalham nessas seções. Queixam-se ainda os operários da falta de instalações para banho morno, pois os que trabalham na ferraria, na fundição, na soldagem, junto ao fogo, não podem tomar banho frio ao largar o serviço.

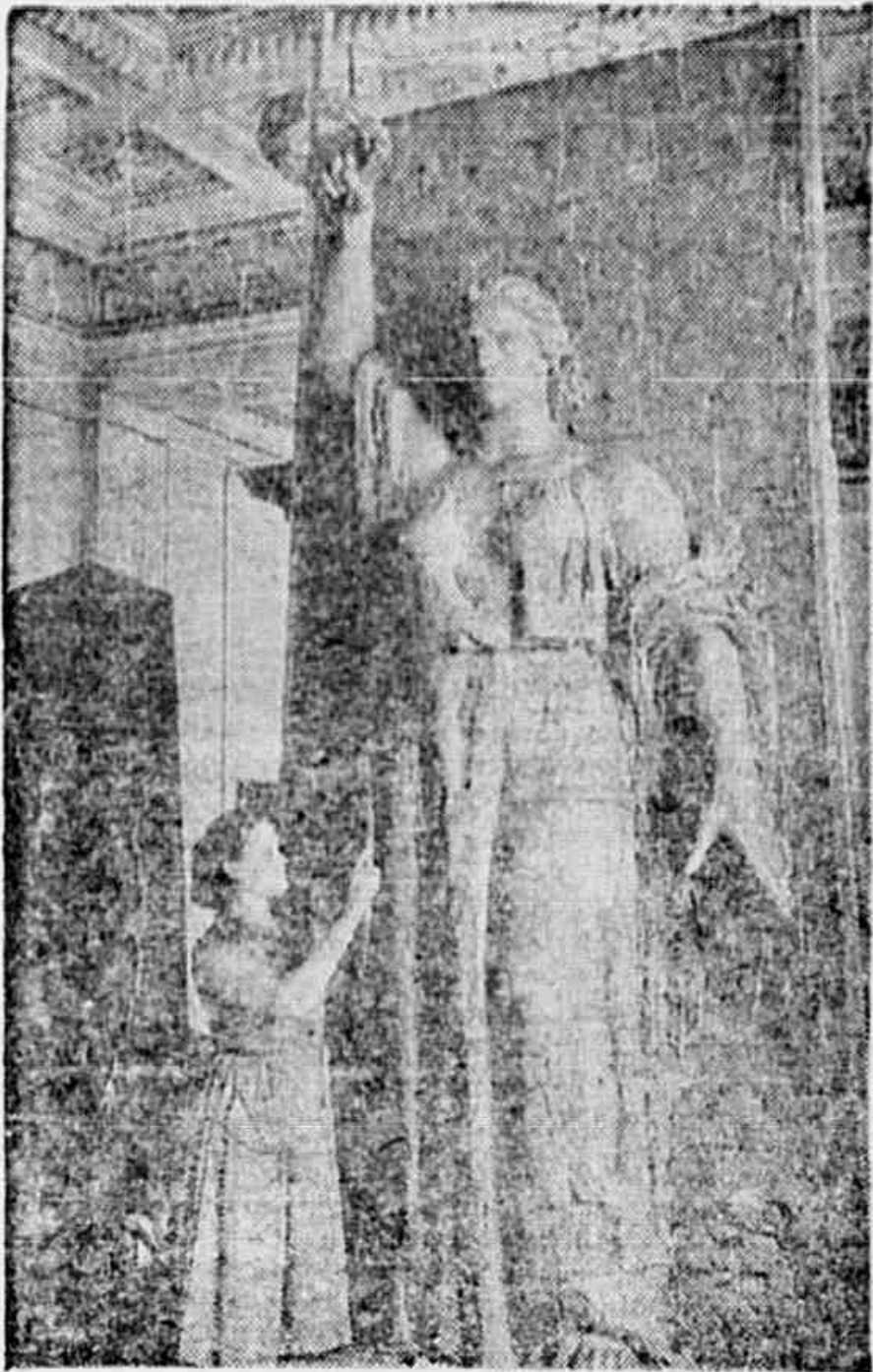
30 FAZEM O SERVIÇO DE 90!

Estes problemas foram recentemente discutidos pelo Conselho Sindical na seção, que resolveu levá-los ao conhecimento do Sindicato para adotar providências imediatas, entre elas o pagamento certo do dia 1º de cada mês e o pagamento da insalubridade. Além disso, o Conselho resolveu encarar o problema da seção de reparos. Ali, antes da divisão da estação em duas seções — a de Carros e a de Energia Elétrica — trabalhavam de 80 a 90 operários. Hoje, trabalham 30, alguns idosos e até doentes, mas fazendo o mesmo serviço que faziam 90 anteriormente. É um ritmo de trabalho infernal.



ASPECTO DE UMA ASSEMBLÉIA NO SINDICATO DOS TÊXTEIS, entidade que já conta com 200 delegados nas empresas de tecelagem da capital paulista

Sobem Verticalmente os Preços Com a Cumplicidade do Governo



86 diplomados em arte aplicada, especialistas em elaboração artística da madeira e do metal, pintura, escultura, etc. deu este ano a Escola Superior Artística-Industrial "V. I. Mulhina", de Leningrado, NA FOTO, Rymma Andrianova diante do seu trabalho "Mãe Pátria", que obteve distinção (TASS).

O SR. KUBITSCHKÉ PROMETE MEDIDAS CONTRA OS SONEGADORES, MAS APROVA O AUMENTO DO LEITE E DO AÇÚCAR — "USINAS NACIONAIS": 45 MILHÕES DE LUCRO — AMPLA FRENTE ÚNICA PARA DETER A CARESTIA

A responsabilidade direta do governo pela assustadora onça de aumentos que está anulando rapidamente o novo salário-mínimo ficou claramente evidenciada nos últimos dias, particularmente nos casos do leite, do açúcar e do pão. E não poderia ser de outra maneira, pois a carestia é uma resultante lógica, antecipadamente prevista, de sua política exterior e interna, que no fundamental é a mesma dos governos anteriores. Sem a modificação dessa política, sem a adoção de medidas profundas que são indicadas inclusive por elementos de seu governo, a situação tornar-se-á cada vez mais insustentável.

OS FATOS E OS DISCURSOS

O sr. Juscelino Kubitschek parece que adotou definitivamente o farisismo como norma de conduta. Sem relembrar suas promessas pré-eleitorais, basta citar seus discursos de presidente, nos quais compromete-se invariavelmente a tomar providências para baixar o custo da vida, a impedir que a espiral dos preços anule os aumentos salariais, etc. Ainda recentemente o Catete distribuiu uma nota dizendo que o próprio governo importaria gêneros e produtos que fossem objeto de especulação, enquanto a COPAP anunciava com estardalhaço a importação de leite em pó e a desapropriação de 700.000 sacas de açúcar, para evitar o "lock-out" dos produtores.

E o que houve, realmente? O governo não importou nada, o açúcar desapropriado não apareceu, o leite faltou para crianças e enfermos. E mais: demonstrando que diz uma coisa e faz o contrário, o sr. Kubitschek pessoalmente interveio na questão do açúcar e do leite e permitiu o aumento do primeiro em 36% e do segundo em quase 20%.

O POVO PAGA A INFLAÇÃO

Colocando-se servilmente como defensora dos lucros dos usineiros e latifundiários, a COPAP aprovou às pressas o criminoso aumento do açúcar (de Cr\$ 9,50 para Cr\$ 13,00) e do leite (de Cr\$ 6,00 para Cr\$ 7,10, a granel). O plenário do órgão aumentista nem quis discutir os argumentos de dois conselheiros contrários à elevação (um deles: a companhia "Usinas Nacionais" obteve no último ano o lucro de 43 milhões de cruzeiros, 43% do seu capital). Pelo contrário: lá colocou na pauta o aumento do pão (possivelmente para Cr\$ 18,00 o quilo), do cafézinho, da média, do corte de cabelo e barba, das tinturarias.

É a orientação do sr. Kubitschek — em benefício dos trustes norte-americanos que controlam nosso comércio exterior e espoliam nossas riquezas, dos latifundiários e usineiros, dos grandes capitalistas, especuladores e tubarões: o povo paga a inflação, sobre seus ombros são descarregadas as dificuldades econômicas do país.

LUTA ORGANIZADA DE MASSAS

As proporções que vão atingindo os aumentos de preços provocam justa e generalizada revolta entre os trabalhadores e o povo e indicam-lhes o único caminho a seguir: o da luta organizada e permanente de massas contra a carestia, pelo congelamento dos preços dos gêneros essenciais e pelo reajustamento geral dos salários. Nos últimos meses foram obtidas significativas vitórias nessa luta, em várias cidades do país. Essas vitórias demonstram que é possível obter êxito na luta contra a carestia quando ela é ampla, quando mobiliza e une grandes camadas da população em torno de reivindicações concretas, quando dela participam organizações sindicais, estudantis, femininas, civis, diretórios de partidos, associações de bairros, etc. Assim se poderá defender o nível de vida do povo e mobilizá-lo para a conquista de novas vitórias.

AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES DE LAGUNA

A convite da Federação de Mulheres de Santa Catarina esteve em visita a Florianópolis uma comissão da União Feminina da Ponta da Barra, município de Laguna. A comissão em apêço obteve uma audiência do Governador do Estado, sr. Jorge Lacerda. Por ocasião da audiência estavam presentes várias comissões da Associação Feminina de Santa Catarina.

Na referida audiência essas comissões fizeram entrega ao Governador Jorge Lacerda de um memorial reivindicando o congelamento dos preços do feijão, do arroz, açúcar, pão e carne. As representantes da União Feminina da Ponta da Barra ainda fizeram entrega à mesma autoridade de um abaixo-assinado pleiteando um auxílio do Estado para a construção de uma igreja na localidade, entre outras reivindicações. O Governador do Estado prontificou-se a atender aos anseios das representantes da mulher catarinense.

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

Ampliar a Difusão da VOZ
Tarefa Permanente

"NAO envie a edição nº 380". Este é o texto de telegrama enviado à gerência da VOZ pelo nosso agente na cidade portuária de Santos. Refere-se, como vêem os leitores, à presente edição. Não é caso único, atualmente. Há quatro semanas que nossa Sucursal de Salvador não distribui regularmente o jornal, o mesmo ocorrendo com a de Itabuna, Anápolis e algumas outras.

Quando nos empenhamos em uma campanha visando a melhoria da imprensa popular, não é justificável que o órgão central do movimento operário brasileiro seja alvo da profunda subestimação que se verifica, em algumas cidades ou regiões, pela VOZ OPERÁRIA. Isso, porém, lamentavelmente vem ocorrendo e, paradoxalmente, a Campanha dos 20 Milhões é tomada como pretexto para justificá-lo. É o que acontecia até há pouco em São Paulo, por exemplo, onde os nossos amigos da Sucursal chegaram a invocar as tarefas da Campanha para pôr de lado as tarefas permanentes da difusão da VOZ. Disso resultou uma certa desorganização em alguns pontos de nossa rede distribuidora na capital paulista — o centro proletário mais importante do país — com imediato reflexo na difusão do jornal em São Paulo.

Se bem que já se tenham adotado providências para corrigir o erro, vale citar o fato como exemplo de compreensão unilateral dos objetivos da Campanha — entre os quais figura, com destaque, o aumento da difusão dos jornais populares — que não se pode, absolutamente, conciliar com qualquer subestimação do semanário central da imprensa democrática.

A Campanha dos 20 Milhões não somente deverá assegurar a melhoria técnica da VOZ OPERÁRIA e demais órgãos da imprensa popular, como ampliar consideravelmente sua difusão. Esta é uma tarefa cujo êxito depende dos nossos amigos e leitores em todas as regiões do país.

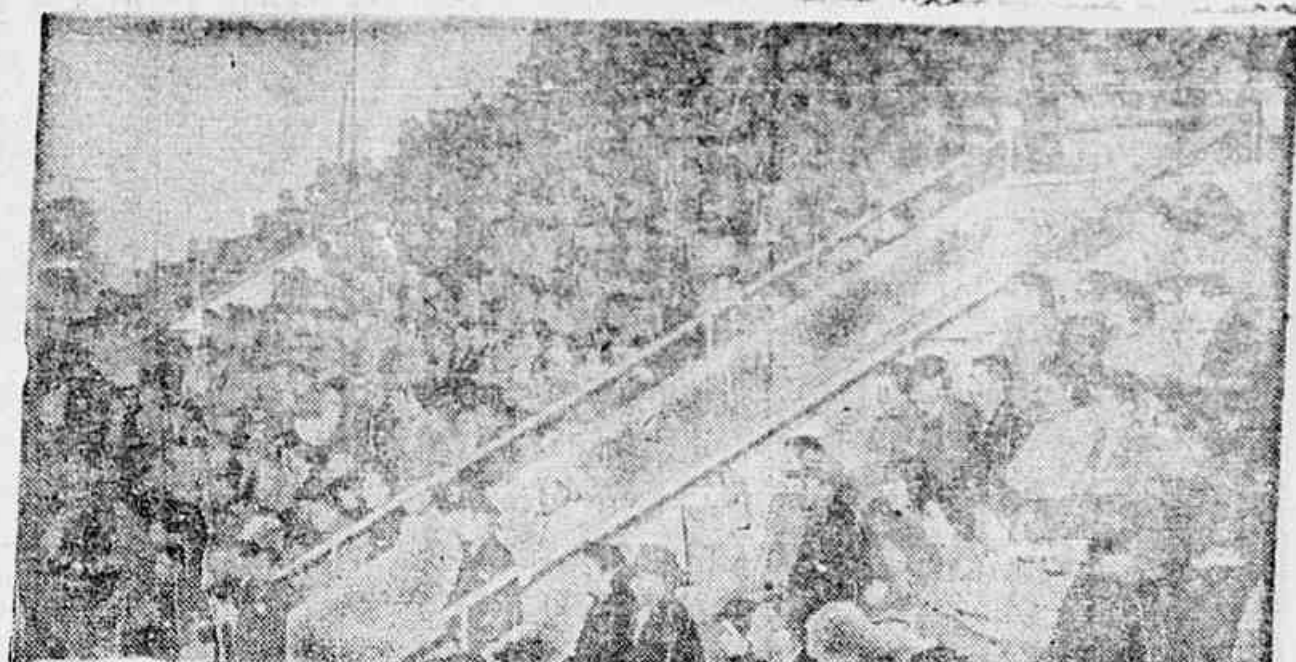
NEM DEZ CENTAVOS

SEIS Estados não enviaram, até o momento, nem dez centavos à Comissão Central da Campanha Pró-imprensa Popular: Ceará, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Goiás e Alagoas.

OS DEZ MELHORES NO RIO

SAO os seguintes os dez primeiros colocados entre os clubes que estão à frente da Campanha, no Distrito Federal:

Clube	Arrecado (%)
Ana Nerf	100
Rio Vermelho	87.66
Praieira	61.38
José Porfirio	44.60
Cleto Cambelo	44.40
Henrique Dias	42
Liberdade	33.60
Caio Martins	31.50
Guarani	24.70
15 de Novembro ...	24



GRANDE multidão compareceu ao lançamento da Campanha dos 20 Milhões em Sorocaba. Naquela cidade paulista a Campanha foi lançada em comício realizado no Ginásio dos Esportes.

POR 34% DA COTA ATE' O DIA 31

LEVAR A CAMPANHA ÀS GRANDES MASSAS

JÁ DECORRIDO quase um mês desde o lançamento da Campanha dos 20 Milhões, chegamos apenas à metade da cota prevista para agosto. Foram arrecadados 15% da cota dos três meses, quando é necessária a arrecadação de 34% até o dia 31 — isto é: um terço do total de 20 milhões. Esta é a questão essencial a ser encarada pelos ativistas da Campanha, especialmente nos Estados que devem arcar com a maior responsabilidade na arrecadação global.

É evidente que, se há todas as condições para conquistarmos êxito em todos os terrenos de nossa atividade, se é cada vez mais amplo o círculo dos que apoiam ou podem apoiar as nobres causas defendidas pela imprensa popular e dos que encontram em nossa imprensa o defensor de seus interesses progressistas, não se justifica o atraso atual da Campanha.

Que explica esse atraso? Basta citar um fator: — o principal: a Campanha ainda não foi levada às massas. Ainda

permanece, na maioria dos casos, encerrada nos limites dos clubes, comissões e círculos de amigos da imprensa democrática, em boa parte limitada aos antigos contribuintes. Se as coisas continuarem assim, não alcançaremos a vitória.

Mas, não é esta uma verdade conhecida? Não é isto o que nos ensina a experiência de campanhas anteriores, vitoriosas na medida em que soubemos levá-las a todo o povo? Por que não se põem em prática experiências conhecidas e provadas, que tantos êxitos já nos deram no passado?

Trata-se, agora, de levar a Campanha às ruas, aos bairros e às portas das empresas, às repartições e escolas, aos comerciantes e industriais interessados no progresso do país, a todos os partidários da democracia e da independência nacional. É necessário alcançar, até 31 do corrente, 34% da cota de 20 milhões. Como fazê-lo não é segredo. A questão, agora, é fazê-lo.

"Tormentosa Campanha" Pelo Controle Dos Minerais Radioativos do Brasil

Levantando o véu da história secreta da política atômica brasileira e limitando-se apenas a alguns aspectos da questão, o almirante Alvaro Alberto fez na Comissão Parlamentar de Inquérito a seguinte advertência:

«A importância decisiva da energia atômica para o prestígio, o engrandecimento e mesmo a sobrevivência das nações soberanas é por demais notória para que pudesse haver dúvidas a respeito da REPETIÇÃO DE FATOS QUE NINGUEM IGNORA E OCORRERAM EM RELAÇÃO A OUTROS PROBLEMAS CRUCIAIS PARA A EVOLUÇÃO DOS POVOS».

Precisando sua advertência, o almirante recordou a história das «tormentosas campanhas pelo controle de fatores do poder econômico, por exemplo o trigo, o algodão, o aço, a hulha, o petróleo» — tormentosas campanhas, acrescentamos nós, pontilhadas de crimes de toda ordem, de trações, de violações à soberania nacional das nações pelas potências imperialistas. Como se vê, o almirante Alvaro Alberto, que vem acompanhando a política atômica brasileira desde o seu início, deixa claro que ela se situa dentro de um clima que põe em jogo a soberania e a própria sobrevivência nacional.

UMA PONTA DO VÉU

Dessa «tormentosa campanha» os depoimentos e os fatos recolhidos pela Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados levantam apenas uma ponta do véu — mas já são suficientes, no entanto, para se ter um esboço do quadro sombrio de violações da soberania nacional e da rapinagem imperialista levados a efeito visando a esbulhar nosso país de suas riquezas em minérios radioativos.

Com a ajuda desses depoimentos traçamos um ligeiro quadro da «guerra secreta dos EE.UU.» para o controle dos minerais atômicos do Brasil.

Em 1951, o Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Gordon Dean, declarava que o objetivo de seu país era a «compra de todo o urânio disponível no mundo ocidental para a fabricação de bombas atômicas». Já anterior-

mente, personalidades oficiais do Departamento de Estado indicavam — isto em 1949 — que os Estados Unidos «esforçar-se-iam para conseguir o domínio dos recursos de urânio em todas as regiões do globo».

Nunca se falou tão claramente: os Estados Unidos traçaram-se o objetivo de obter o domínio sobre todas as fontes de minerais atômicos do mundo, e conquistar, assim, o monopólio da indústria atômica.

Para a obtenção deste monopólio a delegação norte-americana na ONU, sob a máscara de estabelecimento de um controle da energia atômica para fins pacíficos, apresentou um plano (14 de abril de 1954) de «internacionalização» de todas as fontes mundiais de materiais radioativos. Essas fontes encontravam-se, principalmente, na Índia, União Soviética, Brasil, Bélgica, Canadá

e Austrália. Nenhuma, por sinal, nos Estados Unidos. Assim, os «internacionalizadores» passaram a dominar e controlar os minerais atômicos de outros países.

A proposta foi rejeitada. Para sua rejeição muito contribuíram os protestos do almirante Alvaro Alberto, então representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU.

Os EE.UU. voltaram à carga, com a mesma proposta, em julho de 1946 — foram novamente repelidos. E uma vez mais o representante do Brasil, almirante Alvaro Alberto, votou — por sinal que antes de consulta prévia com o governo brasileiro — contra a pretensão lanque. Desde então o almirante se tornou um homem «marcado» para os americanos em questões de energia atômica.

A TÉCNICA DOS «ACÓRDOS BILATERAIS»

Fracassadas as tentativas de dominar as fontes de materiais atômicos dos outros países através da ONU, o governo norte-americano adotou outras técnicas: a de imposição de acordos a diversos governos que, empolgados pela «guerra fria» adotavam, como o do Brasil, a tese entreguista da «alienação progressiva da soberania nacional». (A expressão é de João Neves da Fontoura, ontem e hoje defensor desta política).

Antes, porém, o governo norte-americano fez aprovar a Lei McMahon (julho de 1946) que proibia terminantemente «o intercâmbio com outros países sobre o uso da energia atômica para fins industriais». Isto permitia ao governo norte-americano, em todos os acordos concluídos, se apoderar dos minerais atômicos de outros países sem fornecer, em troca, qualquer compensação que permitisse a esses países, num futuro próximo, a industrialização de seus próprios minérios.

SONDANDO RESISTÊNCIAS

Mas, já então, o governo norte-americano havia sondado a capacidade de resistência dos governantes brasileiros, encontrando-os mais ou menos dóceis às suas pretensões. A chantagem da guerra — a guerra fria — era, particularmente, uma

chave que empregava para abrir todas as portas. Assim, já em 1946, os EE.UU. nos haviam imposto um primeiro «acordo atômico», pelo qual devíamos vender, pelo prazo de 30 anos, 2.000 toneladas de areias monazíticas ao preço de 30 a 40 dólares. Este acordo funcionou até 1948, quando foi denunciado, no governo Dutra, por motivos até hoje não revelados.

Mas, justamente nesse ano de 1948, era assinado o chamado Acordo Administrativo, pelo qual os EE.UU. ficavam com o direito de fazer um levantamento completo dos recursos minerais do Brasil (inclusive de minerais atômicos).

ACÓRDO MILITAR E OUTROS ACÓRDOS

Em 1952, juntamente com o famigerado «Acordo Militar Brasil-EE.UU.», o governo norte-americano consegue nos impor novo «acordo atômico». Ali se previa a venda de 7.500 toneladas de monazita, além de 7.500 toneladas de «ério e terras raras, ao governo lanque, no prazo de 3 anos. No mesmo dia era criada a Comissão de Exportação de Minerais Estratégicos (C.E.M.E.) que eliminava a interferência de órgãos como o Conselho Nacional de Pesquisas, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Forças Armadas na autorização para a venda de minérios radioativos aos EE.UU.

É necessário dizer que o acordo foi firmado sem nenhuma compensação para o Brasil no que se refere à obtenção de equipamentos para a montagem de sua própria indústria atômica. Prevalecendo-se disso, os EE.UU. importaram, no primeiro ano, as 7.500 toneladas de sais de tório e mostraram-se logo desinteressados pela compra de sais de terras raras, que já eram dispensáveis à sua indústria atômica.

Vai daí que, pretextando clinicamente um «arrereglo», o governo norte-americano impõe o acordo de 1954, pelo qual entregamos 5.000 toneladas de areias monazíticas e 5.000 toneladas de derivados de terras raras em troca de 100 mil toneladas de trigo... que apodreciam nos Estados Unidos.

Finalmente, no governo Café Filho, (3 de agosto de 1955) com a participação direta de Juarez Távora e Raul Fernandes e embalsada norte-americana dá para assinar o texto do «Acordo de



Como representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU, o almirante Alvaro Alberto votou, por duas vezes, contra o plano norte-americano de «internacionalização» das jazidas de minerais atômicos de todo o mundo. Daí surgiu a hostilidade lanque à presença do almirante à frente do Conselho Nacional de Pesquisas, do qual foi finalmente demitido no governo Café Filho.

Cooperação», um dos maiores crimes de lesa-pátria já cometidos contra o Brasil.

Este acordo tem a duração de 5 anos e entrega aos norte-americanos «todas as pesquisas geológicas sobre urânio no Brasil; concede aos EE.UU. o monopólio para a compra de nossos minerais radioativos; coloca sob controle e inspeção lanque quaisquer pesquisas atômicas realizadas no Brasil. Em troca, os EE.UU. se comprometem a fornecer ao governo brasileiro, a título de arrendamento, urânio enriquecido com isótopo U-235 para o funcionamento de reatores de pesquisa que «decidirmos construir de acordo com o governo norte-americano». E fim: tudo o que os EE.UU. se propõem fornecer é o que pode ser adquirido facilmente nos mercados internacionais, a preços acessíveis e sem necessidade de comprometermos nossas reservas de minerais atômicos.

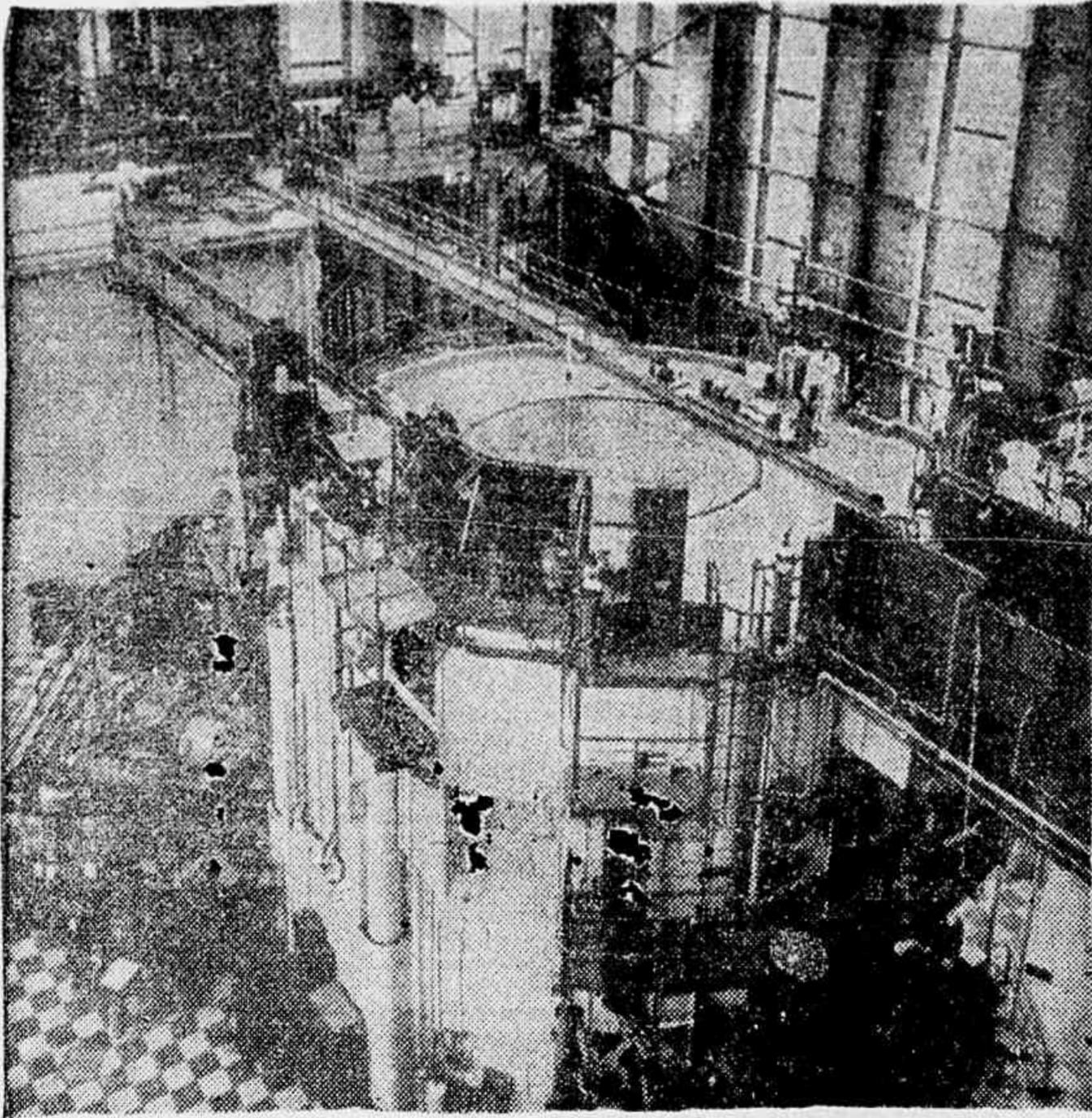
VIOLANDO MESMO ORIENTAÇÃO OFICIAL

O interessante a se notar é que todos os acordos firmados entre os EE.UU. e o Brasil sobre energia nuclear violam a orientação traçada, desde 1947, pelos órgãos técnicos e competentes sobre o assunto, tais como o Estado Maior das Forças Armadas, o Conselho Nacional de Pesquisas e o próprio Conselho de Segurança Nacional.

Esta orientação baseia-se no princípio da venda de minerais atômicos de «governo a governo» e de «compensações específicas», incluindo:

1 — fornecimento ao Brasil de equipamentos para a indústria de energia nuclear; 2 — preparação de técnicos brasileiros; 3 — não conceder situação privilegiada a nenhuma nação para a aquisição de nossos minerais atômicos.

Exceto quanto à preparação de técnicos — e isto mesmo naqueles setores onde já não existe mais qualquer «segredo atômico» — o princípio das «compensações específicas» tem sido violado.



Preservando suas riquezas atômicas e sem se submeter à pressão lanque de monopólio de compra e prospecção de seus minerais radioativos, a Índia já tem em funcionamento reatores atômicos, como o que se vê acima, recentemente inaugurado em Nova Delhi. O Brasil, fazendo todos os tipos de concessões, não tem sequer um reator.

O Que já Apurou a Comissão de Inquérito

Através dos depoimentos até agora prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados constata-se claramente:

1 — Os EE.UU. têm criado todos os empecilhos ao desenvolvimento das pesquisas atômicas no Brasil, principalmente à aquisição de equipamentos para a produção de energia atômica.

O Brasil adquiriu na Alemanha Ocidental três ultracentrífugas por 70 milhões de dólares. Elas estão, «prontas, testadas, pagas e guardadas» na Alemanha Ocidental. O governo norte-americano não permitiu que fossem importadas, chegando a ordenar às suas forças de ocupação que as apreendessem.

2 — A França comprometeu-se instalar, sem qualquer exigência, equipamentos atômicos em Minas Gerais. Mas foi obrigada a desistir, pois, quando se preparava para fazê-lo, os EE.UU. nos impuseram o «acordo» de 1955, pelo qual só podemos vender minérios radioativos aos próprios Estados Unidos.

3 — Os Estados Unidos jamais aceitaram a tese brasileira de «compensações específicas» em troca dos minerais atômicos que lhes vendemos. Sempre

fugiram a todas as solicitações brasileiras para o fornecimento de equipamentos. Ainda mais: sempre procuraram afastar do caminho as personalidades brasileiras que defendiam em funções públicas e órgãos técnicos do governo, esta posição. É o caso do almirante Alvaro Alberto.

4 — O documento secreto número 4, apresentado pelo deputado Renato Archer na Câmara, foi originariamente escrito em inglês, o que demonstra sua origem oficial com fonte em círculos do governo norte-americano. O referido documento chega a ameaçar o Brasil de represálias econômicas, políticas e até militares, pois considera uma «ameaça potencial à segurança do hemisfério» a instalação, em nosso país, de ultracentrífugas para a produção de urânio.

5 — Em conclusão: um país como a Índia, realizando uma política de independência nacional, sem se vergar às exigências norte-americanas, já tem instalados reatores atômicos e desenvolve sua indústria atômica; o Brasil, submetendo-se às exigências lanques, e entregando seus minérios aos trustes, não possui, sequer, um reator atômico.